

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

Escola Superior de Altos Estudos

Crianças em Risco Social nas Notícias

O Olhar da Imprensa Cabo-verdiana

Ana Amílcar Pina Rosa Rodrigues Silva

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Coimbra, Junho 2015.

Crianças em Risco Social nas Notícias
O Olhar da Imprensa Cabo-verdiana

Ana Amílcar Pina Rosa Rodrigues Silva

Dissertação Apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga para Obtenção do Grau
de Mestre em Serviço Social

Orientador: Professor Doutor Manuel Menezes

Coimbra, Junho de 2015.

*"Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como
esta trata as suas crianças."*

Nelson Mandela (s/d)

Resumo

A relação Criança e *Media* tem sido muito debatida, e em várias perspetivas, a nível internacional. Por um lado, é reconhecido o contributo do jornalismo para uma maior visibilidade das crianças e das suas problemáticas (como abuso sexual, maus-tratos), transformando-as de assuntos privados em temas de debate público. Por outro lado, verifica-se que o discurso noticioso molda as ideias que se tem da criança e das suas problemáticas podendo, assim, comprometer o reconhecimento social destes problemas, e consequentemente, o debate e a pressão pública para a implementação de políticas sociais e leis para as proteger.

Nesta investigação procuramos compreender de que forma o modo como a imprensa cabo-verdiana aborda a temática das crianças em risco e, em consequência, tem vindo a contribuir/dificultar a inclusão desta problemática no debate público. Através das notícias dos jornais, o foco da análise cinge-se sobre ocorrências e problemáticas em que a vida da criança ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e emocional são colocados em risco.

A partir da análise por nós realizada, pode-se concluir que a criança cabo-verdiana em risco social é um tema constante na imprensa mas, há um tratamento privado e individual das problemáticas que afetam as crianças; os enquadramentos seguem uma ótica de exposição de factos, em detrimento da denúncia da situação e busca de solução. Não há variedade de fontes de informação nem contraste das suas opiniões. O discurso noticioso não é sensacionalista, mas não é comprometido com as premissas da CDC. Com efeito, a inclusão das problemáticas que afetam as crianças no debate público não privilegia uma cobertura contextualizada e esclarecedora destas questões e em prol dos direitos das crianças.

Neste sentido, melhorar os enquadramentos noticiosos sobre as crianças e as problemáticas que as afetam é fundamental para sensibilizar o reconhecimento público dos mesmos e a promoção de uma cultura favorável à criança.

Palavras-chave: criança em risco social; discurso jornalístico; fontes de informação.

Abstract

Internationally, Children and Media have been much debated in various perspectives. On one hand, the contribution of journalism is recognized to have given a greater visibility to children issues (such as sexual abuse, ill-treatment). Issues that were of private matters before that are now turned into public debate topics. On the other, the news discourse shapes the ideas society has of the child and their problems. This may compromise social recognition of these problems, which consequently affect the debate and public pressure to implement social policies and laws to protect the children.

In this research, we try to understand how Cape Verdean press addresses the issue of children at risk and comprehend if their approaches have contributed or hinder the inclusion of this issue in the public debate. Through newspaper reports, this analysis focus on events and issues where the children's life, or their well-being, and their physical, mental and emotional development, are at risk.

From the analysis, it can be concluded that the Cape Verdean children at social risk is a persistent theme in the press, nonetheless, there is a private and individual treatment of the issues affecting children. The framing is more toward the provision of facts instead of exposing the situation and searching for solutions. Information sources are not varied nor is there contrast of opinions. The news discourse does not have a tabloid appeal, but is also not committed to the premises of the Children's Rights Convention. Indeed, the inclusion of the problems affecting children in the public debate does not favor a contextualized and informative coverage of these issues nor help the rights of children.

In this sense, improve news framing about children issues is critical to raise public awareness and promote a culture favorable to children.

Keywords: children at social risk; journalistic discourse; information sources.

Agradecimentos

Uma dissertação não é apenas o produto do trabalho da investigação de quem o escreve, é também fruto da generosidade daqueles que nele colaboram (de forma direta ou indireta).

Quero agradecer especialmente a minha amiga e colega de profissão Margarida Borges, por ter acreditado no meu projeto e incentivado para realizar o mestrado.

Quero também exprimir mesmo agradecimento ao meu orientador, Manuel Menezes, pelas sugestões, críticas e elevado rigor que dedicou a este trabalho.

Gostaria também de expressar a minha gratidão a minha família de Lisboa e amiga Vera Fernandes (e sua família) pelo apoio e amizade durante a minha estadia em Lisboa e Coimbra.

Os meus sinceros agradecimentos aos meus irmãos e cunhados pela ajuda incondicional durante a minha estadia em Lisboa e, sobretudo, pela amizade.

Por último, e mais próximo do meu coração, quero agradecer o amor e o incentivo dado pelos meus pais, Amália e Renato – sempre presentes e amigos!

Um agradecimento especial ao meu esposo Valter, por ter apoiado a minha decisão em retornar os estudos, e ter ficado com o nosso filho durante a minha ausência.

Agradeço à BØRNEfonden, instituição onde trabalho, pelo apoio dado.

Mas, acima de tudo, agradeço a Deus pela força e tranquilidade que me deu para aguentar as saudades e a falta do meu filho Eduardo e do meu esposo Valter.

Siglas

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

AJOC - Associação dos Jornalistas de Cabo Verde

CDC - Convenção sobre os Direitos das Crianças

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CNDHC - Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FIJ - Federação Internacional dos Jornalistas

ICCA - Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

INE - Instituto Nacional de Estatística

ONG's - Organização não-governamental

OIT - Organização Internacional do Trabalho

Índice Geral

	Pág.
Introdução	9
Capítulo I – A Situação das Crianças em Cabo Verde	12
1.1. Crianças em Situação de Risco Social	12
1.2. Crianças em Risco: O Debate Público em Cabo Verde	18
Capítulo II – O Discurso Jornalístico e os Direitos das Crianças	20
2.1. A Importância dos <i>Media</i> para o Debate e Problemática das Temáticas das Crianças	20
2.2. Jornalismo e Enquadramento Noticioso da Problemática das Crianças em Risco.....	23
Capítulo III - Metodologia	28
3.1. Métodos e Técnicas de Coleta, Organização e Análise de Dados	29
Capítulo IV- Apresentação e Análise dos Resultados	30
4.1. Perfil das Crianças em Risco Social Representadas nas Notícias	31
4.2. Tipos de Risco Abordados pela Imprensa	32
4.3. Fontes de Informação na Construção do Discurso sobre Crianças em Risco Social.....	35
4.4. Discurso Jornalístico sobre Crianças em Risco Social	39
Conclusão	43
Bibliografia	46
Anexos	
Apêndices	

Introdução

A presente Dissertação insere-se no âmbito do plano curricular do Mestrado em Serviço Social, da Escola Superior de Altos Estudos – Instituto Superior Miguel Torga, na Linha da Investigação “*Questão Social e Políticas Sociais*”.

Intitulado “*Crianças em Risco Social nas Notícias – O Olhar da Imprensa Cabo-verdiana*” esta investigação tem como objeto de estudo a imprensa escrita, designadamente o Jornal *A Semana*. O tema centra-se na Criança em Risco Social, mais precisamente no modo como a mesma é abordada na imprensa cabo-verdiana.

Os processos de globalização económica têm trazido grandes implicações nas condições de vida das crianças - muitas infâncias são cada vez mais individualizadas e estratificadas socialmente; as crianças tornaram-se as vítimas mais vulneráveis das políticas económicas da globalização. Por outro lado, percebe-se que os problemas que afetam as crianças raramente têm sido equacionados como problemas sociais. Entendidos como questões de foro individual tem-se contribuído para o processo de invisibilidade das crianças e da sua realidade social marcada pela privação e violação dos seus direitos. Com efeito, a realidade de muitas crianças fica longe do ideal de bem-estar infantil, feliz e protegida, como é almejada pela Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC).

A revisão da literatura¹ aponta a importância do papel dos *media* na informação e sensibilização da comunidade para os problemas sociais que afetam as crianças, através da visibilidade dada a situações, até então, não objeto de notícias - transformando várias questões de assuntos privados em temas de debate público. Com efeito, o debate público de temas ligados aos direitos/problemáticas da criança, através dos *media*, é determinante para o reconhecimento de um assunto como público (que apela a resolução coletiva), condição para que uma determinada questão se torne objeto de atenção social. Neste sentido, a forma como os *media* abordam a temática criança em risco pode, ou não, colaborar para o avanço do debate público sobre a mesma, e consequentemente contribuir para a construção

¹ (Cristina Ponte, 2005; Guilherme Canela 2006; Cristina Martins, 2004; Maria Carvalho, 2009; Ferrán Casas, 2009; Lúdia Marôpo, 2011).

social da realidade das crianças (através da influência na implementação de políticas para as beneficiar e de leis para as proteger) (Cristina Ponte, 2009).

Contudo, há críticas ao atual modelo de construção de notícias sobre crianças e suas problemáticas, nomeadamente: não se questionam a sua transversalidade à estrutura social, nem se colocam em causa outras formas de risco, e *“nem sempre a imprensa comunica os acontecimentos sem causar maiores danos em termos de violação dos direitos das crianças, denota-se dificuldades no equilíbrio entre o revelar, o denunciar e o expor e contextualizar”* (Maria Carvalho et al, 2009: 74).

Esta configuração remete-nos para a realidade cabo-verdiana onde as Crianças em Risco Social é tema constante nos *media*, e leva-nos a indagar *“de que forma o modo como a imprensa cabo-verdiana aborda a temática das crianças em risco tem vindo a contribuir/difícultar a inclusão dessa problemática no debate público”*.

Determinadas como dimensões de análise as Características das Crianças, a Tipificação de Risco, as Fontes de Informação e, o Discurso Jornalístico esperamos com esta pesquisa *compreender de que forma os jornalistas e as fontes de informação que falam sobre as problemáticas das crianças têm contribuído (ou não) para a inclusão dessas situações no debate público*.

A estrutura deste trabalho segue a seguinte organização e sequência.

No primeiro capítulo - *A Situação das Crianças em Cabo Verde*, é nossa intenção apresentar as problemáticas que afetam as crianças cabo-verdianas, bem como, caracterizar como tem sido o debate público em Cabo Verde sobre a criança em risco. As transformações económicas e sociais que marcaram a última década do séc. XX foram determinantes na qualidade de vida e bem-estar das crianças em todo o mundo. Particularmente em Cabo Verde, a inexistência de uma política específica e integrada para as crianças pode levar à falta de coordenação quanto às ações a serem desenvolvidas e, conseqüentemente, determinar condições graves de violação dos direitos das crianças. Com efeito, os debates sobre as situações problemáticas permitem, para além de estabelecer as suas causas, identificar as instituições ou os poderes públicos a quem incumbem o tratamento e a solução do problema.

No segundo capítulo - *O Discurso Jornalístico e os Direitos das Crianças*, pretendemos explicar sobre a importância dos *media* para o debate e

problematização das temáticas das crianças, seguida de uma abordagem sobre o jornalismo e enquadramento noticioso das problemáticas das crianças em risco. Sobretudo, refletimos sobre o facto do reconhecimento de um assunto como público é a condição para que uma determinada questão se torne objeto de atenção social, pelo que, se destaca a importância da existência de uma vida pública ativa, intensa e esclarecida, para assegurar uma cultura de problemas públicos; bem como, a relação dos direitos das crianças e os *media*, demonstrando como o discurso noticioso pode contribuir (ou não) para a promoção, defesa e garantia dos direitos das crianças.

No terceiro capítulo – *Metodologia*, fazemos uma abordagem quanto aos métodos e técnicas de coleta de dados. Caracterizando-se ainda a organização e análise dos dados.

Segue o quarto capítulo, em que se executa a *apresentação e análise dos resultados* através de várias dimensões analisadas, nomeadamente: o perfil das crianças em risco social representadas nas notícias; os tipos de riscos abordados pela imprensa; as fontes de informação na construção do discurso sobre crianças em risco social; e o discurso jornalístico utilizado sobre as crianças em risco social. Ainda, no âmbito deste capítulo trabalhamos as representações sociais sobre as crianças e os problemas que as afetam enquanto produto construído pelos *media*. Pois, através do discurso noticioso é possível identificar as concepções, reflexões, discursos, enfim “significados” sobre o fenómeno crianças em risco social, enquanto resultado de experiências vivenciadas no quotidiano, na trama das relações e das interações sociais.

Finalmente segue a *conclusão* em que questionamos os resultados, sumariamos os aspetos mais importantes, indicamos possíveis soluções para melhoria da relação criança e *media* em Cabo Verde, e deixamos sugestões para novas investigações.

Com esta investigação esperamos evidenciar *como, o que e em que situações*, em Cabo Verde, a imprensa vem tecendo a construção social da criança em risco, e com isso, esperamos contribuir para uma maior sensibilização (profissionais da área da infância, jornalistas, público em geral) para as configurações desta cobertura noticiosa que destaque os direitos das crianças.

Capítulo I – A Situação das Crianças em Cabo Verde

1.1. Crianças em Situação de Risco Social

As crianças cabo-verdianas (0 a 17 anos) representam 39% da população (INE, Censo 2010), sendo que 58% delas vivem no meio urbano (UNICEF *et al*, 2011: 21).

De acordo com *Lorenzo Bordonaro et al* na sociedade cabo-verdiana “o surgimento da infância em risco [...] como categoria de intervenção social aparece na agenda nacional paralelamente ao abandono de um modelo político que designava o Estado como ator primordial no processo de reformulação social e económica da sociedade no seu complexo (2011: 119). Todavia, reconhecemos que as transformações económicas e sociais que marcaram a última década do séc. XX foram determinantes na qualidade de vida e bem-estar das crianças.

Uma avaliação realizada pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) esclarece que em matéria dos direitos das crianças “apesar dos alicerces institucionais e legais já terem sido criados ou estarem em margem de aprimoramento, o facto é que denúncias de violações aos direitos das crianças são muito comuns” (2010: 72). Mas, conclui que no domínio da educação e da saúde, os direitos legalmente consagrados são em regra cumpridos.

No plano da **educação** é notório a criação de infraestruturas que permitam o acesso de grande parcela das crianças². Os problemas colocam-se essencialmente ao nível da equidade na distribuição dos recursos educativos com implicações na desigualdade em termos de qualidade da oferta educativa (CNDHC *et al*, 2010: 72)³.

² Todavia, alguns fatores têm contribuído para o êxodo de adolescentes da escola, nomeadamente: os custos associados à permanência da criança na escola; a legislação trabalhista permite à criança acima dos 15 anos trabalhar, desde que termine a escolaridade obrigatória (8º ano de escolaridade) (UNICEF *et al*, 2011: 73)

³ É realçado que “o acesso ao ensino básico é garantido a todas as crianças, mas a possibilidade de permanecerem até o 6º ano é condicionado pelos fatores sócio demográficos e económicos” (CNDHC *et al*, 2010: 87). Da mesma forma é reconhecido que existe um problema estrutural de permanência das crianças na escola e consequente acesso aos bens que a educação traz. “A educação que marca o desenvolvimento social e económico do indivíduo ainda é limitado para certas crianças, e, na sua grande maioria, crianças que têm condições económicas favoráveis. Assim, se mantém uma situação de desigualdade no país” (CNDHC *et al*, 2010: 87).

No domínio da **saúde**, tem-se verificado a diminuição da mortalidade infantil e perinatal⁴. Apesar dos avanços conseguidos a nível nutricional, a *UNICEF et al* (2011) aconselha que a desnutrição crónica⁵ deve ser considerada como uma prioridade na segurança alimentar e nutricional das crianças cabo-verdianas⁶.

Quanto à área de **proteção** da criança, a avaliação realizada concluiu que “*no geral, pode-se dizer que ocorreu efetivamente um aprimoramento no sistema de proteção e no nível de realização dos direitos previstos na Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Crianças e outros instrumentos normativos, internacionais e internos, que fixam balizas nessa matéria*” (CNDHC et al, 2010: 72), assim verifica-se, aos longos dos anos, os compromissos internacionais assumidos pelo Governo de Cabo Verde face a melhoria do bem-estar das suas crianças (vidé Anexo I).

Analisando a proteção realizada face ao combate à violência, exploração e abuso a que muitas crianças estão sujeitas, esta avaliação aponta que subsistem ainda problemas imensos na concretização desses direitos⁷. Ressalva-se que “*as ideias e representações sociais compartilhadas sobre a infância em cada sociedade condicionam como se constroem os que se consideram problemas «sociais» da infância, ou seja, problema cuja solução é vista como uma responsabilidade coletiva*” (Ferrán Casas, 2010: 2)⁸.

O fenómeno de **crianças sem registo de nascimento** tem uma dimensão importante em Cabo Verde. Ainda é grande o número de crianças não registadas ou

⁴ Através da oferta gratuita de vários serviços é assegurado o atendimento pré-natal e o acompanhamento médico às crianças após o nascimento (CNDHC et al, 2010: 72). Porém, é assinalada a necessidade de uma intervenção estratégica nos sectores sociais (educação, saúde, nutrição, abastecimento de água e saneamento) para promover a mudança de comportamentos, atitudes e práticas ao nível familiar e na oferta de serviços (José Anjos et al, 2009: 28).

⁵ A mesma pode ser aprendida como consumo dietético insuficiente de nutrientes, que compromete o desenvolvimento físico e mental-cognitivo da criança.

⁶ Um outro problema que tem suscitado preocupação é a gravidez na adolescência, os dados apontam para um aumento de adolescentes grávidas com menos de 15 anos e consequente afastamento da escola (UNICEF et al, 2011: 69).

⁷ Quanto á possíveis causas, a CNDHC et al defende que “*a prevalência de algumas situações não pode somente ser atribuída ao mero desenvolvimento e complexificação social, mas da ineficácia do próprio sistema montado*” (2010: 73). Ou seja, alguns obstáculos existem a nível institucional: “*não parece que as instituições de proteção ou socioeducativas sejam suficientes e devidamente descentralizadas e próximas dos seus destinatários para se considerar a existência de uma cobertura abrangente. Algumas ilhas estão numa situação de abandono nessa matéria. Outras instituições vocacionadas para esse tipo de proteção designadamente o Ministério Público, a Polícia, na maior parte das vezes não conseguem suprir o papel de organizações especialmente vocacionadas para esse efeito, por vezes por falta de formação ou de sensibilidade para o sector*” (CNDHC et al, 2010: 73).

⁸ Um problema social é uma situação que deixa de ser “privada” para passar a concernir à sociedade, apelando a um sentimento de responsabilidade coletiva.

então registadas apenas por um dos pais (no caso, a mãe)⁹. O número de crianças sem registo parece ser significativo, estimando o Instituto Nacional de Estatística que cerca de 39% das crianças não são registadas (CNDHC *et al*, 2010).

De acordo com a CNDHC *et al* (2010) tem-se constatado nos últimos anos o aumento de **abandono das crianças** por parte dos pais, particularmente nos centros urbanos. Com efeito, os centros de emergência infantil da cidade da Praia e do Mindelo registaram um aumento significativo de acolhimento de crianças vítimas de maus tratos, abandono e negligência¹⁰.

No que diz respeito à **delinquência juvenil** “informações apontam para o facto de que as fragilidades dos agregados familiares de muitas crianças cabo-verdianas, apresentam uma estreita correlação entre o abandono dos pais e a prática de infração e/ou de comportamentos desviantes por parte dos adolescentes e jovens” (CNDHC *et al*, 2010: 76)¹¹.

Da mesma forma, “a questão do **abuso sexual de crianças** reveste-se de particular gravidade em Cabo Verde, seja pelo seu *crescendum* e complexificação, seja pela sua relativa naturalização em alguns aglomerados populacionais” (CNDHC *et al*, 2010: 79). É sublinhado que, o aumento de casos pode resultar não tanto de um aumento efetivo de ocorrências quanto do aumento de denúncias e registos, e destaca a marcante

⁹ Associado e em decorrência deste facto, vem a desresponsabilização do poder paternal, constituindo um grande problema social. Com efeito, os pedidos de pensão alimentícia têm constituído uma parte significativa dos processos dos Tribunais de Crianças e Menores, bem como dos juízos das Comarcas não especializadas (CNDHC *et al*, 2010: 74). Face ao Direito a não ser afastado e direito a ser cuidado pelos pais, Cabo Verde vinculou-se à Convenção sobre a Cobrança de Alimentos no Estrangeiro (aprovada para adesão pelo Decreto nº 77, de 27 de Julho de 1985) e que tem por objetivo a facilitação da cobrança e meios de suporte de alimentos no estrangeiro, que beneficia especialmente crianças (CNDHC *et al*, 2010: 75).

¹⁰ É realçado ainda que muitas crianças cabo-verdianas, sobretudo as dos bairros periféricos dos principais centros urbanos, continuam a viver num quadro de extrema vulnerabilidade individual e social. Também, é de nosso conhecimento a existência, nos meios rurais e nas periferias urbanas, de um número não negligenciável de crianças que está sob a guarda de familiares e não dos pais. Todavia, apesar de não se tratar de um efetivo abandono, configura-se, contudo, uma forma de negação dos direitos das crianças à convivência efetiva com os progenitores.

¹¹ No âmbito de um estudo sobre jovens em conflito com a lei, num universo composto por 68 jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16, as conclusões sugerem que, “em sua grande maioria, os jovens em situação, real ou potencial, de conflito com a lei vivem num quadro de ruptura dos laços familiares, portanto, com fracas redes de pertença e parcas garantias de proteção, e experimentam uma trajetória de exclusão, que intimamente ligada às dinâmicas internas e à história social da família, ganha novas formas e impulsos na escola (através da agressão, reprovação e abandono), para depois sedimentar-se nos espaços macrosociais de vivência e interação, sob o estigma de delinquência” (CNDHC *et al*, 2010: 85). Nesta matéria, as medidas de política não se têm revelado fortes o suficiente, fazendo-se sentir a falta de programas de supervisão e monitorização, suscetíveis de garantir um mapeamento do abandono de crianças, com a subsequente definição de estratégias de intervenção por parte dos poderes públicos.

tendência ao encobrimento de casos por parte dos pais, encarregados de educação e comunidade em geral, “o que tem remetido o drama da violência sexual de crianças ao estrito campo de mecanismos de regulação informalmente mediados, ao secretismo do lar e a consensos e entendimentos logrados através de negociatas” (CNDHC et al, 2010: 79)¹².

Uma realidade prejudicial é o fato de os crimes sexuais contra a criança serem automaticamente ligados à pobreza. Todavia, o abuso sexual – muitas vezes cometido dentro de casa – ocorre nas mais diversas classes, mas tais situações costumam ser ocultadas pelas famílias, que preferem buscar assistência de especialistas. Porém, o que nos causa maior preocupação é o facto de as vítimas e familiares e a própria sociedade ficarem com sentimento de impunidade. E questionamos se isso, em parte, é devido à morosidade da nossa justiça, à inoperância das diversas autoridades e às limitações dos meios de investigação das nossas instituições.

Para além do abuso sexual, fala-se também de casos de **exploração sexual infantil**. Os dados demonstram a alta concentração de vítimas, maioria meninas, nos municípios da Praia, Santa Catarina de Santiago e nos municípios do Fogo (CNDHC et al, 2010)¹³.

Nota-se ainda que, os Centros de Acolhimento são limitados a certas ilhas (UNICEF et al, 2011), fazendo com que várias crianças vítimas não recebam acompanhamento e proteção¹⁴.

¹² A CNDHC et al ainda avança que “ [...], assiste-se a uma espécie de rotinização do ritual de encobrimento de casos, seja porque a situação reinante aponta para uma espécie de banalização do mal, seja porque, num contexto de pobreza, muitos violadores compram o silêncio das famílias (2010: 80).

¹³ A UNICEF et al (2010) demonstram que muitos casos são denunciados muito tempo após o crime, ou em caso de crimes repetitivos ou que se tenha tornado de conhecimento público; ponderam que tal facto ocorre, sobretudo quando o agressor ou abusador tem relação de parentesco ou de vizinhança com a vítima. Bem como ainda, apontam a existência de uma quantidade significativa de ocorrências não notificadas (às autoridades policiais, serviços de saúde e ICCA) justificando que, isto acontece muitas vezes devido ao medo de represália ou estigma social. A CNDHC et al, por sua vez, realça que muitas vezes os casos são escondidos e encobertos pelas famílias porque “as possibilidades de se conseguir uma união conjugal com pessoas com recursos financeiros ou com algum nível de capital social, particularmente os emigrantes e os proprietários, fazem com que socialmente se aceite ou mesmo se incentive” (2010: 82). Se a família não só encoberta a violação da criança, como, também, incentiva a criança a manter relações sexuais penso que estamos perante casos de exploração sexual de crianças (a criança não tem como se defender).

¹⁴ Por outro lado, apesar de estudos realizados apontarem que o fenómeno demanda atenção particular, ainda é apontado a inexistência de estudos, dados, que permitam uma análise aprofundada à questão da exploração sexual de crianças (UNICEF et al, 2011: 95). Daí a necessidade de conhecer o fenómeno para poder intervir eficazmente. Relativamente a estas temáticas, há

A temática **criança em situação de rua** ganhou visibilidade crescente em Cabo Verde nos anos 90, fazendo com que o fenómeno fosse considerado oficialmente um problema social em 1996, apesar da pouca relevância em termos numéricos (Lorenzo Bordonaro et al, 2011: 177)¹⁵.

Verifica-se atualmente uma situação bastante preocupante, que é a de crianças que acompanham as mães “*rabidantes*”¹⁶ nas suas atividades comerciais quotidianas. Pois, de acordo com instituições que tutelam a área da criança, trata-se de uma situação de vulnerabilidade e potencial risco destas crianças se tornarem “criança de rua” (Lorenzo Bordonaro et al, 2011: 124).

Em Cabo Verde um dos contextos de maior importância no que toca à proteção dos direitos das crianças é o da proteção contra o **trabalho infantil**¹⁷,

instituições e profissionais (da área social e de justiça) que defendem ser adequado considerar inafiançáveis os crimes sexuais contra crianças, bem como, que esses crimes sejam considerados crimes públicos em regime de urgência de tratamento em 24hs, e não semipúblicos como tipifica a legislação em vigor. Concordamos com esta perspetiva, não obstante a complexidade da problemática exige uma análise mais abrangente do fenómeno. Defendemos também a urgência de se ter ações concretas e medidas de políticas objetivas para fazer face à situação. Ressalva-se que enquanto política pública face a esta problemática, foi criado (*Resolução n.º 55/2014 de 28 de Julho*) o Comité Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescente (Comité pro criança e adolescência), enquanto órgão consultivo, de articulação e coordenação das atividades dos organismos e serviços públicos e privados com intervenção na área da infância e da adolescência.

¹⁵ O autor justifica que o processo de construção da infância de rua como problema prioritário foi também reflexo de uma redefinição da agenda política internacional de Cabo Verde. Pois, “*devidas as campanhas internacionais as crianças de rua têm-se tornado um símbolo da violação dos direitos das crianças, uma evidência da ineficácia das políticas sociais e um indicador da pobreza*” (Lorenzo Bordonaro et al, 2011: 113). Realça que as principais razões que levam as crianças a romperem em definitivo os laços com suas famílias: (i) precaridade socioeconómica; (ii) irresponsabilidade masculina na paternidade; (iii) violência doméstica. Entre as principais atividades de subsistência verifica-se: o comércio ambulante, a lavagem de carros, a mendicância.

¹⁶ “*Termo utilizado em Cabo Verde para designar as pessoas, maioritariamente mulheres, que ganham vida na «economia informal»*” (Lorenzo Bordonaro et al, 2011: 124).

¹⁷ Nem toda a atividade laboral exercida por crianças é considerada juridicamente trabalho infantil. Primeiro, porque a Convenção nº 138 fixa a idade laboral em 15 anos, com a exceção de determinadas atividades ilícitas ou que pela sua periculosidade ou danosidade particular podem ser consideradas como insusceptíveis de serem exercidas por crianças; segundo, porque mesmo abaixo dessa idade, determinadas atividades que fazem parte do processo de socialização da criança poderão ser exercidas desde que circunscritas por determinados limites aferidos pela sua duração e perigosidade. A *Organização Internacional do Trabalho* e a *Comunidade de Países da Língua Portuguesa* (2012) abrem exceções quanto à idade mínima de acesso ao trabalho (15 anos), no caso de se tratar de atividades do âmbito cultural ou artístico, ou de tarefas domésticas e agrícolas, desde que não ponham em causa o seu bom desenvolvimento físico e mental, e que não prejudiquem a sua saúde e formação escolar.

questão regulada no plano universal especialmente por três convenções, duas das quais vinculativas para Cabo Verde) (vidé Anexo II) ¹⁸.

O relatório "*Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde*" (UNICEF et al, 2011) mostra que em Cabo Verde a **pobreza** afeta mais as crianças (42,1% da população menor de 15 anos é a mais pobre) e as suas condições de vida são marcadas pela privação do acesso aos serviços básicos como: a água (principal fonte de abastecimento é o chafariz), o saneamento (evacuação de águas residuais no redor da casa), a eletricidade (a lenha é a principal fonte de energia). Este contexto revela a não realização (privação) dos direitos elementares das crianças¹⁹.

Esta realidade das crianças está diretamente articulada aos processos socioeconómicos estruturantes do sistema capitalista que imprimem e reproduzem, de modo crescente, essas condições graves de violação dos seus direitos.

Consequentemente, o grupo infantil proveniente dessas situações configura-se como mais uma das expressões da *Questão Social* a ser enfrentado através da intermediação do Estado com as suas políticas²⁰.

¹⁸ É reconhecido que nos centros urbanos, de forma crescente, a precariedade económica das famílias pobres e vulneráveis tem feito com que as crianças trabalhem para o autossustento ou para complementar o rendimento familiar. No meio rural, seja no trabalho doméstico seja nos trabalhos agrícolas, as atividades laborais de apoio às famílias constituem uma rotina na vida da maior parte das crianças. São, na sua totalidade, trabalhos não remunerados e que não se inscrevem no quadro de uma relação laboral normal, seja na perspectiva de trabalho por conta d'outrem ou por conta própria (OIT et al, 2012: 78). Contudo, existe a possibilidade de acumulação dos trabalhos agrícolas e familiares com o ensino pode ser comprometedora do sucesso escolar.

¹⁹ É reconhecido que existe no país uma série de situações de desigualdade e iniquidade, que refletem nos indicadores socioeconómico, e que revelam a não realização dos direitos das crianças. Com base em algumas variáveis (idade, género, modelo de família, local de residência – urbano, rural e periurbano) é determinado os mais excluídos de Cabo Verde: (i) as crianças de famílias chefiadas por mulheres pobres do meio rural; as (ii) as crianças em situação de rua; (iii) as crianças que estão fora do sistema de ensino; (iv) as crianças que vivem em famílias pobres, com precárias condições de saneamento, água e acesso a serviços de qualidade (29). Neste sentido, a UNICEF et al recomenda que é preciso a realização de um estudo focado na pobreza das crianças e busca de políticas públicas que eliminem a pobreza (2011: 45-46).

²⁰ Não existe em Cabo Verde uma política específica e integrada para as crianças. No entanto, este grupo tem sido parte integrante das políticas sectoriais. A falta de uma política integrada pode levar à falta de coordenação quanto às ações a serem desenvolvidas. Porém, esta situação poderá ser ultrapassada uma vez que o ECA consolida todo o sistema de proteção dos direitos da criança em Cabo Verde. Não obstante, o Governo de Cabo Verde na sua intervenção em prol das crianças tem assumido como princípio da sua ação a máxima "*as crianças são as flores da revolução*" - quer a frase dizer que as crianças são o futuro desta Nação, e que investir nas crianças é construir o progresso. Todavia, os recursos específicos para a proteção das crianças vem diminuindo, "*até 2008 tinha a Proteção dos Direitos da Criança como uma linha orçamental. A partir de 2009 este virou um subprograma do programa de Proteção Social*" (UNICEF et al, 2011: 19). Pressupomos que a eficácia e eficiência da política social na área de proteção social da criança é estreitamente ligada à disponibilidade de recursos

1.2. Crianças em Risco: O Debate Público em Cabo Verde

Segundo Mario Fuks *“a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que dos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, das «condições reais» dos problemas em questão”* (2000: 80). Por um lado, pode-se dizer que os assuntos que foram mantidos fora da agenda pública, pode ser consequência tanto da ausência ou fragilidade de atores empenhados como da estratégia de grupos interessados em excluí-los do debate público; e, por outro lado, pressupõe-se que o reconhecimento de um assunto como público é a condição para que uma determinada questão se torne objeto de atenção social.

Em Cabo Verde, *“o discurso predominante, no debate sobre a proteção da infância, relaciona a problemática atual das crianças em risco à suposta recente desestruturação dos agregados familiares”* (Lorenzo Bordonaro et al, 2011: 133). Assim, *“os políticos, a imprensa e o público em geral interpretam o problema das crianças pobres como uma evidência da «crise da família»”* (2011: 133). Relembremos que a família monoparental representa a organização doméstica mais antiga e frequente do país, pelo que seria muito simplista atribuir esta causa a este fenómeno tão complexo. Por outro lado, nesta lógica os problemas não serão concebidas em termos de política económica, mas como problemas moral e de conduta individual. O que faz com que várias problemáticas que afetam as crianças não acedam ao estatuto de um tema de interesse geral (comum e público) e na mobilização da ação coletiva. É muitas vezes em função dessas atitudes que certos problemas sociais, não surgem como

financeiros para a sua implementação. Com efeito, espera-se a emergência de propostas seletivas e reducionistas, distante da universalidade, centrada em situações limites em termos de sobrevivência. O Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) (tutelada pelo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos) - órgão encarregado da promoção e execução da política de proteção social para a infância e a adolescência - em cumprimento da sua missão e dos seus objetivos, desenvolve um conjunto de programas e projetos, afim de melhor garantir e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, no combate á violência em todas as suas formas (Destaca-se as seguintes atividades e programas realizadas pelo ICCA: a promoção e divulgação dos Direitos da Criança; Serviço Social; Emergência Infantil; Família Substituta / de Acolhimento; Proteção e Reinserção Social / Centros de Acolhimento; Educação em Ambiente Aberto; Formação / Reforço Institucional / Cooperação e Articulação; Estudos, Pesquisas e Planeamento, Disque Denúncia - LINHA 800 10 20; Apoio às Crianças em Situação de Risco e Respetivas Famílias; Projeto “Nôs Kaza”). Todavia, a sua limitação em abranger todas as ilhas do país poderá ser um fator determinante no processo de invisibilidade das crianças e da sua realidade social marcada pela privação e violação dos seus direitos.

problemas públicos (de debate e resolução), se tornam assuntos de controvérsia e objetos de ação que visam preveni-los ou remedia-los, constituindo assim problema na identificação e tratamento dos problemas sociais. Neste sentido, verifica-se que *“os fatores ideológicos, associados a valores e tradições, estabelecem as condições de legitimidade dos assuntos públicos e de sua caracterização”* (Mario Fuks, 2000: 81)²¹.

Com efeito, *“o discurso público [...] que assenta nesta cissão pública/privado suporta uma lógica que responsabiliza os indivíduos pela sua inserção marginal nos setores produtivos da sociedade, removendo do âmbito do debate a esfera da economia política”* (Lorenzo Bordonaro et al, 2011: 133). Quanto à questão das crianças em risco, predominam as interpretações moralistas sobre as sociológicas e no âmbito da proteção das crianças, assume-se a infância como espaço privado separado do domínio económico e político (Lorenzo Bordonaro et al, 2011).

A política económica que o país segue determina as condições sociais e económicas da população, por isso não se pode desvalorizar o impacto das condições sociais, económicas e políticas que moldam os fenómenos sociais. Com efeito, não se pode apenas advogar soluções remediais e individuais para os problemas sociais.

Neste sentido, é fundamental o fomento de debates públicos sobre as problemáticas que afetam as crianças. Pois, *“os debates sobre as situações problemáticas permitem, com efeito, estabelecer as suas causas, determinar responsabilidades, definir o domínio legítimo das competências das quais decorre o tratamento e a solução do problema, e identificar as instituições ou os poderes públicos a quem incumbe resolvê-las”* (Isabel Lança, 2000: 118).

O problema público constrói-se em diferentes cenas e arenas públicas. Em Cabo Verde o debate público de temas ligados à infância acontece, sobretudo, em

²¹ Quando grupos não se organizam verifica-se que *“os assuntos que foram mantidos fora da agenda pública, o que pode ser consequência tanto da ausência ou fragilidade de atores empenhados em promoção como da estratégia de grupos interessados em excluí-los das arenas de ação e debate públicos”* (Roger Cobb e Marc Ross, 1997; *apud* Mario Fuks, 2000: 81). Por outro lado, o autor também realça que *“o contexto cultural constitui um outro elemento importante na dinâmica responsável pela ascensão de temas e questões à esfera pública”*, bem como, a criação ou reestruturação de instituições públicas, a elaboração de leis e alocação de recursos públicos em certas atividades são exemplos de ações governamentais na definição de assuntos públicos, em geral, e de problemas sociais em particular.

datas alusivas às crianças²². Todavia, pressupomos que é preciso aprimorar diferentes níveis de generalidade das arenas e dos espaços públicos nos quais os problemas são publicitados e tematizados, nomeadamente: no parlamento, os sindicatos, nos tribunais, nas revistas de especialidade, nos *media*.

Da mesma forma, entendemos que falta a existência de uma vida pública ativa, intensa e esclarecida, para assegurar uma cultura de problemas públicos. Pois, os cidadãos não manifestam publicamente a sua indignação e nem pressionam os poderes instituídos. Não obstante, acreditamos existirem forças sociais (associações, igreja, ONG's, escolas, empresas, etc.) "*capazes de mobilizar na defesa de uma causa e de condenar moralmente uma situação coletivamente definida como podendo e devendo ser alterado e resolvida*" (Isabel Lança, 2000: 127).

Contudo, no âmbito da definição e permanência de assuntos públicos sabe-se que o cenário cultural e de organização das instituições públicas estabelecem parâmetros de legitimidade e regras que condicionam a ação e o debate público (Mario Fuks, 2000: 81), daí o provérbio de que "*falta vontade política*" para as coisas mudarem.

Capítulo II – O Discurso Jornalístico e os Direitos das Crianças

2.1. A Importância dos *Media* para o Debate e Problemática das Temáticas das Crianças

De acordo com Giovani Sartoti "*nas democracias de hoje, são meios de comunicação de massa que desempenham o papel mais amplo e mais central na formação da opinião pública. [...] diríamos que o mundo é – para o público em geral – a mensagem dos meios de comunicação* " (1994; *apud* Guilherme Canela, 2011: 132). Esta perspetiva é, também, reforçada por Joel Best ao afirmar que "*nas sociedades modernas, os media ocupam lugar de destaque na definição das questões que serão socialmente problematizados*" (2007; *apud* Carmem Mariano 2014: 1). Assim, são os *media* quem define a agenda e quem estimula

²² Ou seja, durante o mês de Junho através de fórum, debates televisivos, palestras, conferências, etc., e por iniciativa de organismos do estado, escolas, universidades, associações e organizações não-governamentais (ONG's).

as discussões públicas²³. Bem como, os *media* são uma arena estratégica, que serve como ponte de articulação entre as demais arenas e como canal de ampla difusão pública do que ocorre em cada uma delas (Mario Fuks, 2000: 83). Neste sentido, os *media* contribuem por uma maior visibilidade e debate das questões que envolvem crianças, inserindo essas questões em contextos económicos, sociais, políticos e culturais – uma vez que, é considerada “*prioridade absoluta*” o desenvolvimento integral da criança, enquanto responsabilidade da família, da sociedade e do Estado.

Constitui um dos princípios da *Federação Internacional dos Jornalistas* (FIJ) (2002): as organizações dos *media* devem considerar a violação dos direitos das crianças e questões relacionadas com a segurança das crianças, a privacidade, a segurança, a educação, a saúde e o bem-estar social e todas as formas de exploração como questões importantes para investigação e debate público, permitindo assim que as crianças sejam incluídas no debate público e que haja problematização das temáticas que as afetam²⁴.

Lídia Marôpo reconhece o jornalismo como espaço por excelência do debate público, ou melhor *guardião do interesse público*, incluindo os interesses das crianças, uma vez que: (i) as **imagens** “*divulgadas pelas notícias oferecem definições explícitas e*

²³ De acordo com Guilherme Canela “a imprensa, desde os seus primórdios, sempre foi entendida como sendo responsável por um conjunto de tarefas de extrema importância para as sociedades nas quais a sua atuação é minimamente livre”, nomeadamente: o Controlo do Estado, Denúncias e investigação, Agendamento de Debate e Contextualização (2009: 233). Com efeito, pressupomos que a cobertura jornalística deve reger-se pelo respeito da pluralidade a todos os níveis, incluindo a população mais nova da sociedade – as crianças. Esse aspeto é realçado por Lídia Marôpo ao afirmar que se um dos objetivos dos sistemas democráticos é representar o melhor possível o interesse de todas as pessoas e se os *media* (especialmente os noticiosos) constroem a sua legitimidade como espaço privilegiado de socialização da vida pública e do exercício possível da democracia, eles podem contribuir para a inclusão de crianças e das suas temáticas no debate democrático (2010; *apud* Lídia Marôpo, 2011a: 84).

²⁴ Realçamos ainda outros documentos nacionais e internacionais e que destacam a relação criança e *media*, em especial quando a criança encontra-se em situação risco/perigo, nomeadamente: a Constituição da República; o Código Deontológico do Jornalista (realça que a atuação do jornalista deve reger pela defesa e proteção da infância e da juventude; preservar a identidade das vítimas de crimes sexuais; evitar a identificação, direta, ou indireta, da criança envolvida em prática criminosas ou situação que possam desfavorece-la, de forma a evitar a sua estigmatização); o ECA (artigo 115º, recomenda a não identificação nem transmissão de elementos, sons ou imagens que permitam a identificação da criança; podem relatar o conteúdo dos atos públicos do processo judicial, etc.); a CDC (dedica à comunicação social o artigo 17.º no qual reconhece a importância da sua função na garantia de direitos das crianças – acesso à informação, participação e proteção); vários normativos internacionais que estabelecem medidas visando assegurar o equilíbrio entre o exercício ao direito à liberdade da informação e o direito à intimidade e reserva da vida privada da criança. Esses documentos procuram promover uma maior discussão e reflexão sobre o tratamento noticioso relativo às crianças em risco (vidé Anexo III).

implícitas sobre crianças, os seus direitos e o seu papel na sociedade e assim podem contribuir para a compreensão das atitudes sociais em relação a eles, alimentando e sendo alimentadas pelo debate democrático”; (ii) o discurso jornalístico “influencia significativamente a percepção sobre o lugar das crianças na sociedade e na política e pode incentivar o reconhecimento público dos problemas que afetam as crianças e promover a sua participação social, em suma, pode promover uma cultura favorável à infância” (2011a: 84).

Por sua vez Guilherme Canela (2007) salvaguarda que não é possível falar em cobertura adequada da “*questão social*” sem olhar atenta e consistentemente para as características das crianças, suas especificidades, seus direitos e as demandas por políticas públicas particulares a esta faixa etária²⁵.

Bernadette Saunders e Chris Doddard defendem que a cobertura mediática do risco social é vital para o despertar da preocupação pública relativa às crianças, para a manutenção deste tema na agenda política, e para a responsabilização dos serviços de proteção à criança. Os autores realçam ainda que, para além do seu papel em determinar as preocupações específicas da infância, os jornalistas podem também exercer uma poderosa influência sobre as respostas políticas e sociais à promoção de defesa das crianças na sociedade (2001; *apud* Cristiana Ferreira, 2011: 33). É salvaguardado assim o papel importante dos *media* na sensibilização do público (aumento de consciência) para os direitos das crianças, bem como, o seu papel especial a desempenhar quando os governos ignoram suas obrigações para com as crianças²⁶.

Através dessas reflexões constatamos que é reconhecido nos *media* o papel de fornecedores de informações e controladores do social²⁷. Neste sentido, os *media* têm

²⁵ Thomas Hammarberg e John Tobin salientam uma série de **compromissos que os media devem ter para com os direitos das crianças**: monitorizar abusos e progressos na implementação dos direitos previstos na CDC, respeitar a integridade das crianças no discurso mediático, construir a imagem das crianças de acordo com os princípios estabelecidos pela Convenção, promover a participação das crianças nos *media*, disseminar informações sobre a CDC produzir programas e materiais de conteúdo educativo e valor cultural sobre elas ou direcionados a elas e protegê-las de influências ofensivas (1997, 2004; *apud* Lídia Marôpo, 2011 a: 85).

²⁶ A expressão dos *media* como “*Watchdog*” (cão de guarda) baseia-se na noção de fidelidade e de proteção dos cães (“O cão é o melhor amigo do homem”). É a representação do profissional de jornalismo como um verdadeiro cão de guarda da sociedade perante os desvios, as prepotências e as injustiças face a crise no sistema político mundial.

²⁷ Aliás, o papel social dos *media* é ressaltado pela sua capacidade de suscitar e focalizar a atenção pública, de configurar discursivamente os problemas sociais, refletindo os consensos sociais

um papel fundamental para um maior conhecimento e consciencialização da sociedade acerca dos problemas sociais que afetam as crianças²⁸.

A legitimação social das imagens partilhadas sobre os fenómenos sociais reveste-se de especial importância, na medida em que é um fator fortemente explicativo das suas dinâmicas. Por outro lado, *Ferrán Casas* (2010) frisa que a maneira como se constroem e representam os problemas sociais da infância condicionará as ideias compartilhadas sobre as formas apropriadas de as solucionar - enquanto problema de responsabilidade coletiva, deixando de ser vista como problema «particular». Esta ideia é reforçada por *Cristina Ponte*: “a forma como os meios de comunicação social tratam as questões de infância e da juventude influencia o debate público sobre crianças e jovens e, consequentemente, a implementação de políticas para os beneficiar e de leis para os proteger” (2009: 9). Entende-se, por isso, pertinente a aproximação às ideias dominantes nas sociedades sobre as crianças em situação de risco.

Com efeito, torna-se necessário e pertinente conhecer como os *media* tratam as questões da infância e, em que medida, promovem para o debate público uma cobertura contextualizada e esclarecedora destas questões, na perspetiva de proteção e promoção dos direitos da criança.

2.2. Jornalismo e Enquadramento Noticioso da Problemática das Crianças em Risco

Teau Vau Dijk salienta que existe uma *elite simbólica* que tem acesso ao discurso público e, que de certa forma, controla o discurso dominante na sociedade (2010; *apud Veronice Mestalla et al*, 2013: 4)²⁹. Questionamos a possibilidade desta elite

dominantes, assim como a sua vocação de intervenção social e o seu impacto efetivo em termos sociais e políticos (*Paula Martins*, 2011).

²⁸ Ressalvamos que a influência dos *media* sobre o público não se restringe na definição da agenda societal e governamental, mas também na sugestão de “*como pensar*” os assuntos veiculados e, posicionamentos a tomar. Com efeito, é pertinente a atenção à sua cobertura, não só para a identificação das suas tendências e enquadramentos mas, também, na inclusão de vozes que contribuam para o debate das problemáticas que afetam as crianças.

²⁹ *Felipe Pena* define essa elite como fontes oficiais/institucionais como “*definidores primários*” que são prioritariamente as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas (2007; *apud Veronice Mestalla et al*, 2013: 4). Para *Rogério Santos* **fonte** é “*entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz*

apresentar uma visão do mundo parcial ou tendenciosa, inclusive ao destacarem determinados temas e preterir, ofuscar ou ignorar outros tantos. E verificamos que esta questão poderá ser suprimida considerando os critérios propostos por *Joselino Guerra*, ou seja, *“as fontes de informação acionados pelos jornalistas são um indicador fundamental da qualidade da cobertura, quando considerados dois aspetos: moral - o respeito à pluralidade de ponto de vista, e cognitivo – a diversidade de pontos de vista amplia a percepção e análise dos problemas”* (2004: 2). Assim, pluralizar vozes e fontes de informação são fatores que garantem a qualidade e a credibilidade da produção jornalística.

Considerando esta perspetiva, pode-se pressupor que *“o que aparece nas notícias é o resultado de um processo de negociação entre os jornalistas e as fontes”*, pois os jornalistas, em princípio, têm o poder de agendar e enquadrar a informação (através de reportagem, redação e edição), mas fazem-no sob a influência das fontes, inseridos num contexto económico, social e cultural (*Lídia Marôpo*, 2011a: 86). Com efeito, *“cruzar os discursos de jornalistas e fontes permite-nos uma percepção mais ampla sobre o agendamento e enquadramento das problemáticas que afetam as crianças e auxilia-nos a pensar sobre o modo como o discurso noticioso reflete (ou não) um reconhecimento dessas situações sociais como um problema social”* (*Lídia Marôpo*, 2011a: 86), esta abordagem constitui uma das premissas desta investigação.

A perspetiva teórica **Enquadramento Noticioso** ou *Framing* (uma teoria da Comunicação formulada por *Erving Goffman*, 1970) afirma que os *media* utilizam certas palavras, ideias e expressões, adjetivos que promovem um enquadramento (algo como enfoque) que modela o acontecimento, destacando alguns aspetos ou ocultando-os³⁰. Este processo “recorta” determinado ângulo do facto tornando-o conhecido (notícia).

ou representante) que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeia ações ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento” (2006; *apud* *Lídia Marôpo*, 2009: 146). Neste estudo fonte oficial refere-se a alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, etc.).

³⁰ “A noção do enquadramento dá conta do modo como se define um tema, sendo esta definição que permite dar-lhe alguma interpretação, funcionando como moldura para um campo de visão ou como estrutura profunda que contém instruções para decifrarmos uma situação “ (*Mc Quail*, 2003; *Jorge Sousa*, 2004; *Maria Silveirinha*, 2005; *apud* *José Carvalheiro*, 2007: 218). Neste sentido, o processo de enquadramentos é mais do que o realçar dos aspetos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados, está

Diversos estudos reconhecem a crescente representação mediática das crianças nas últimas décadas (Lídia Marôpo, 2009; Cristina Ponte, 2009; Paula Martins, 2011) e realçam que, contudo, “apenas raramente estas notícias enquadram as questões numa perspetiva de direitos” (Lídia Marôpo, 2011b: 145). Assim, verifica-se a existência de uma perspetiva crítica onde é salientado o tratamento privado e individual dos problemas que afetam as crianças, bem como, enquadramentos sentimentalistas e sensacionalistas. Segundo a mesma há uma escassez de: enquadramento que privilegie a perspetiva dos direitos, monitorização de políticas públicas para a infância, responsabilização dos governos, debate diversificado sobre causas e soluções para os problemas denunciados, menção à CDC e leis nacionais (Lídia Marôpo, 2011a)³¹.

Apesar do importante papel dos *media* na informação e sensibilização da sociedade para os problemas sociais que afetam as crianças, os seus enquadramentos podem, assim, comprometer o reconhecimento social destes problemas, e consequentemente, o debate e a pressão pública para a implementação de políticas sociais e leis para as proteger. Com efeito, melhorar os enquadramentos noticiosos sobre as crianças e os problemas que as afetam é fundamental para sensibilizar o

presente a participação do jornalista enquanto ator social na construção da realidade. De acordo com Carlos Carvalho a concretização das ações do jornalismo como ator social em interação com os demais atores, não se resume apenas na definição de uma linha editorial (em função da qual serão feitas as escolhas dos acontecimentos que comporão um determinado noticiário) e na escolha de uma série de procedimentos técnicos (de certa forma, comuns a todas as organizações que têm a notícia como foco) que darão forma e conteúdo a narrativas noticiosas. O processo da produção jornalística envolve aspetos mais sofisticados que são, os modos como o jornalismo seleciona acontecimentos e apresenta-os sob a forma de narrativas que não apenas refletem a realidade, mas trazem uma perspetiva particular sobre cada aspeto divulgado do real. Deste modo, “ao promover enquadramentos, o jornalismo está colocando em ação mais do que a saliência de aspetos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados. Está neste processo a especificidade da sua participação nas dinâmicas de construção social da realidade” (2009: 4). Está presente a própria visão do mundo do jornalista. Em outros termos, a noção de enquadramentos permite compreender como no processo de construção das narrativas jornalísticas, são acionados quadros de referência que destacam aspetos tornados salientes para dar inteligibilidade ao que é noticiado. O referido não significa que esses quadros de referências sejam imutáveis, ou seja, os enquadramentos podem variar apesar dos jornalistas estarem sujeitos à mesma dinâmica. Assim, é possível promover novos enquadramentos da *questão social* que afetam as crianças.

³¹ Cristina Ponte et al, também, realça que os temas de maus tratos físicos e delinquência juvenil apresentam “contornos de espetacularização, com derrapagens deontológicas associados”; “não há alargamento da agenda das notícias na perspetiva das políticas de infância, nem dos olhares sobre a globalização e os seus impactos; o foco é na singularidade”; “atenção aos anúncios de medidas governamentais e à sua contestação no momento, muito mais do que uma avaliação e acompanhamento do seu impacto posterior”; “os direitos da criança à proteção têm maior visibilidade, associado à imagem da inocência e fragilidade, mais do que uma atenção ao direito a ser provido de recursos e de condições e mais ainda do que uma atenção aos direitos de participação. Estes estiveram claramente ausentes da agenda das notícias” (2009: 42- 44).

reconhecimento público dos mesmos e a promoção de uma cultura favorável à criança.

O desafio lançado à defesa dos direitos da criança junto dos *media* é “ [...] *para uma cobertura em alternativa à «mera denúncia de factos»* ” (Cristina Ponte, 2006: 7). Perspetiva-se para os jornalistas “*informar com qualidade*” visando os *melhores interesses das crianças*, de acordo com a CDC, mesmo quando buscam dar visibilidade para questões que afligem as crianças³².

De acordo com a ANDI (2005) é fundamental que o leitor entenda melhor o contexto do problema em questão, assim, a apresentação das estatísticas e das causas contribuem para esta compreensão. A solução para os problemas sociais está, em maior ou maior medida, na adoção de políticas públicas, por isso a sua discussão é central. Por outro lado, a pluralidade das fontes é uma das formas de diversificar as discussões sobre um tema.

Destacamos o documento «*Putting Children in The Right: Guidelines for Journalists and Media Professionals*» cujo objetivo é estabelecer padrões éticos do jornalismo para tratar temas que envolvam crianças. Este guia propõe aos jornalistas: respeito pela privacidade das crianças; proteção das suas identidades; obrigação de verificar informação antes de publicação; a necessidade de considerar as consequências da publicação e de minimizar prejuízos para as crianças; evitar apresentações sensacionistas ou estereotipadas; o acesso das crianças aos *media* para expressarem as suas opiniões; maior contextualização económica e social das questões da infância e fazer recomendações para promover a consciencialização sobre os direitos das crianças (Federação Internacional dos Jornalistas, 2002).

Reconhecendo a importância desse documento para os jornalistas, de todos os países, pensamos ser de maior importância a sua disponibilização em português nos *sites* destas organizações. Assim, tornar-se-á fácil o seu acesso, conhecimento, aplicação e, conseqüente, enquadramento noticioso na perspetiva dos direitos das crianças.

³² Nesta ótica, desde a década de 90, a UNICEF, a FIJ e Organizações Não Governamentais (destaque para *ChildWatch*, *Save the Children*, *ANDI*) têm realizado encontros de reflexão com os jornalistas, atribuído prémio de incentivo aos jornalistas que fazem enquadramentos em prol dos direitos das crianças, e produzindo várias diretrizes internacionais para auxiliar os jornalistas na cobertura noticiosa sobre os direitos das crianças.

Guilherme Canela (2009) apresenta um conjunto de características que são fundamentais em um tratamento editorial de qualidade dos temas relacionados aos direitos humanos, inclusive os direitos das crianças, nomeadamente: a) dos casos individuais à política pública³³; b) a centralidade do orçamento ³⁴; c) avaliação e monitorização das políticas³⁵ d) desenvolvimento humano, direitos humanos, pobreza, desigualdade e diversidade³⁶; e) denúncias mais busca de soluções³⁷.

Ainda nesta perspetiva, Eugénia Fonseca (2013) realça que o foco da imprensa tem que se deslocar da vítima para a prevenção e análise das políticas de atendimento e repressão; deve-se investir muito mais em informações que levem à prevenção: falar dos sintomas e sinais do abuso e exploração sexual, como os pais e os professores podem identificar e como as crianças podem defender. Alinne Passos (2013) sublinha que para uma boa qualidade da cobertura de temáticas das crianças é preciso o respeito a uma das premissas básicas do ECA, que é a “*preservação da imagem das vítimas da violação*”. Esta ideia é reforçada por Lídia Marôpo (2001a) ao afirmar que o respeito pela privacidade e preservação da identidade das crianças são questões centrais na proteção e defesa dos seus direitos nos *media*.

Por outro lado, Dílson Pimentel (2013) sugere cuidado com o uso de “*termos inadequados*” ou pejorativas. Por exemplo, deve-se fazer mudança de expressão como “*prostituição infantil*” para “*exploração sexual*”, “*criança de rua*” para “*criança em situação de rua*”, entre outras³⁸.

³³ – “a cobertura das temáticas da infância [...] tende a se concentrarem casos individualizados. Isso contribui pouco para o agendamento, contextualização e controle social, portanto, esta aquém das funções [...] de um jornalismo de qualidade”;

³⁴ – “não existe proteção, promoção e garantia dos direitos humanos sem que os instrumentos para tanto estejam previstos nos orçamentos [governamental] e municipais”;

³⁵ – “a cobertura de uma política pública não pode resumir ao tratamento editorial [...] do anúncio do seu lançamento. Os jornalistas devem estar sobretudo, atentos ao que acontece com uma determinada política após o seu anúncio pelas autoridades competentes”;

³⁶ – “ [...] não é possível falar dos direitos de crianças sem se estabelecer os vínculos com outros problemas que causam, perpetuam e alimentam a violação dos direitos [das crianças] ”;

³⁷ – as denúncias de violações dos direitos é uma parte fundamental do trabalho dos jornalistas; “contudo, é preciso ir mais além, deve-se discutir e debater as soluções que vem sendo alinhavadas por diferentes atores sociais para fomentar os direitos das crianças [...] ” (242 - 243).

³⁸ O termo prostituição infantil “significa nas entrelinhas, que crianças aceitam se relacionar sexualmente em troca de dinheiro de forma espontânea, porque querem – ou pior, porque gostam, porque não tem vergonha. Assim, este conceito acarreta vários preconceitos em relação a criança. Por outro lado, a prostituição é uma atividade praticada por mulheres adultas, que sabem o que estão fazendo e tem melhores condições de se defender”; a expressão exploração infantil “as crianças não tem condição de se defender”. O conceito criança

Todavia, pressupomos que a proteção dos direitos da criança deve ser uma questão institucional. Pois, se o respeito pelas premissas do CDC e do ECA fizerem parte da emissora fica mais fácil garantir que esses direitos sejam respeitados em todo o processo de produção da notícia, desde a captação até à exibição da reportagem.

Capítulo III - Metodologia

Atendendo à natureza desta investigação, e pela necessidade se ter uma leitura dinâmica da realidade social, articulamos metodologias quantitativas com outras de carácter mais qualitativo.

O **campo de pesquisa** elegido foi Cabo Verde. O **objeto de estudo** consiste em notícias impressas do Jornal *ASemana* referente ao ano 2014 que retratam a criança³⁹.

O **corpus de investigação** inclui peças com foco nas crianças dos 0 aos 18 anos de idade que aborda ocorrências e problemáticas em que as suas vidas ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e emocional são colocados em risco.

Esta investigação tem como **objetivo geral** compreender de que forma os jornalistas e as fontes de informação que falam sobre as problemáticas das crianças têm contribuído (ou não) para a inclusão dessas situações no debate público.

Desse objetivo geral, particulariza-se como **objetivos específicos**:

- 1) Analisar os temas relacionados com a criança em risco social representada na imprensa, com o intuito de observar se os mesmos cobrem a multidimensionalidade do fenómeno;
- 2) Identificar de que forma os diferentes atores sociais, envolvidos na notícia, constroem o discurso sobre as crianças em risco social;

em situação de rua “significa que aquela situação é excecional, não aceitável que deve ser mudada imediatamente) (Jaqueline Almeida, 2013: 38-39).

³⁹ O jornal *ASemana* é um semanário independente, de distribuição nacional e na diáspora (Portugal, França, Holanda e Luxemburgo), encontra-se nas bancas todas as sextas-feiras. Por ser um jornal de referência no país, de abrangência nacional e disponível *online*, escolhemo-lo para a realização desta investigação.

- 3) Construir um perfil das crianças alvo das notícias, bem como, dos adultos infratores e o contexto em que ocorreu o risco;
- 4) Perceber em que medida os enquadramentos mediáticos contribuem ou não para uma cobertura contextualizada da problemática em análise.

3.1. Métodos e Técnicas de Coleta, Organização e Análise de Dados

Tratando-se de uma **pesquisa/análise documental** - “fontes de papel”⁴⁰ - elaboramos uma Grelha de Estatística das Notícias (vidé Apêndice I) para a identificação e recolha dos jornais publicados em 2014, pelo jornal *ASemana*.

Como procedimento para a recolha e a sistematização da informação elaboramos um **Mapa Conceptual** (vidé Apêndice II) cuja definição de variáveis e indicadores resultou de pesquisa bibliográfica sobre a problemática em análise. Foram estabelecidas quatro dimensões de análise: (1) Caracterização das Crianças; (2) Tipificação do Risco; (3) Fontes de Informação e (4) Discurso Jornalístico.

Na análise dos dados, também, utilizamos como suporte a técnica **análise de conteúdo**⁴¹ (por um lado, pela dimensão das informação e dados a analisar, e por outro lado, é um dos mais importantes instrumentos para análise dos *media*).

A análise de conteúdo desenvolveu-se em três fases, nomeadamente:

1) **Pré-análise**: fase de organização do material a ser analisado⁴². Considerando a classificação dos textos em diferentes formatos⁴³, por parte do *A Semana*, tivemos que agrupar as notícias pelos diferentes formatos e analisámo-las⁴⁴.

⁴⁰ Caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, fotografias, entre outras matérias de divulgação (António Gil, 2008). Neste caso específico, os dados foram fornecidos pelo jornal.

⁴¹ A análise de conteúdo “é uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (Bernard Berelson, 1952; apud António Gil, 1998: 152).

⁴² “De acordo com os objetivos e questões de estudo, define-se a unidade de registo, unidade de contexto, trechos, significativos e categorias” (Maria Minayo et al, 1996: 75).

⁴³ Atualidade, Reportagem, Entrevista, Social, Ponto de Vista, Direito de Resposta, Kriolidade, Publicidade, Opinião, Agenda Política, Economia, Correio das Ilhas, e Destaque/Cifrão (parte integrante do jornal).

2) **Exploração material**: consistiu na aplicação das decisões definidas na fase anterior (tarefas de codificação).

Através da **Grelha de análise** (vidé Apêndice III) fizemos o preenchimento de cada peça pertinente para esta investigação. Na sequência da codificação previamente estabelecida, os dados das peças recolhidas foram introduzidas no **programa informático SPSS** (*Statistical Package for the Social Sciences* – ou Pacotes Estatísticos para as Ciências Sociais) versão 21.

3) **Tratamento dos dados, a inferência e a interpretação**⁴⁵:

Através da base informática, procedemos ao tratamento da informação. A análise de conteúdo foi desenvolvida com base em **procedimentos**: (i) **quantitativos** (frequência do aparecimento de certas características de conteúdo ou de correlação entre elas); e (ii) **qualitativos** (presença ou ausência de características, ou o modo segundo o qual os elementos do «discurso» estão articulados uns com os outros) (*Raymond Quivy et al*, 1998: 227).

A análise suplementar dos dados foi realizada com base na **pesquisa bibliográfica** relativa à temática em estudo.

Capítulo IV- Apresentação e Análise dos Resultados

O jornal *ASemana* em 2014 editou um total de 43 jornais⁴⁶, sendo a criança uma figura frequente nas notícias (27 jornais). Está presente em 52 peças e, na maioria das edições publicadas (16) encontra-se em mais de duas notícias no mesmo jornal (vidé Apêndice I - Grelha de Estatística das Notícias)⁴⁷.

⁴⁴ As notícias ficaram agrupadas em 3 grupos: carácter informativo (*social, reportagem, entrevista, atualidade*, etc.) artigos de opinião (*direito de resposta e ponto de vista*) Outros temas/formatos.

⁴⁵ Objetivam tornar os dados válidos e significativos (ocorre a partir de princípios de tratamento quantitativo) (1977; *apud António Gil* 1998: 152).

⁴⁶ Tínhamos previsto 52 Jornais, mas foram editados menos devido as seguintes razões: o início da 1ª edição foi 10 de Janeiro e não dia 03, não houve edição de jornais no período de férias de Agosto a meados de Setembro (apenas uma edição no final desse mês).

⁴⁷ O mês de Outubro foi o que teve mais edições sobre as crianças (total de 10). Considerando Junho, o mês da criança e, ainda, por ter quatro datas alusivas às crianças (nomeadamente: Dia Internacional da Criança (dia 1); Dia Internacional da Criança Vítima Inocente de Agressão (dia 4); Dia da Erradicação do Trabalho Infantil (12) e Dia da Criança Africana (16) este deveria ser um mês fértil em notícias que retratam a realidade das crianças cabo-verdianas. Bem como ainda, por ser o mês em que

Das 52 notícias referente às crianças: 28 peças são de caráter informativo (“Reportagem”, “Social” e “Atualidade”) e retratam “ocorrências, problemáticas em que as suas vidas ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e emocional são colocados em risco”; 12 peças são artigos de opinião (5 “Direito de Resposta”⁴⁸ e 7 “ Ponto de Vista”) sobre ocorrências em que a vida e o bem-estar da criança está em risco, e 12 peças abordam “outras áreas”⁴⁹.

A apresentação dos resultados tomará por base os objetivos delineados e as 28 peças de caráter informativo onde o foco incide nas crianças em situação de risco social. Complementarmente serão analisados, também, os artigos de opinião com informações relativas à vida e ao bem-estar da criança em situação de risco.

4.1. Perfil das Crianças em Risco Social Representadas nas Notícias

Quanto às características das crianças representadas nas notícias verifica-se: a maioria é menina (Ni=15) e na faixa etária dos 11 aos 15 anos (Ni=9) (vidé tabela n.º 1 e n.º 3 do Apêndice IV). Apesar de em 7 notícias “não é referido a idade da criança” é sempre mencionado o sexo. Não existe identificação da criança com foto – o que é uma boa prática. Mas, em pouquíssimos casos (Ni=4) é mencionado o seu nome e

várias instituições cabo-verdianas realizam eventos (como conferências, atelier, fórum) que contribuam para a inclusão das problemáticas que afetam as crianças no debate público. Não obstante, neste mês encontrámos apenas 4 peças sobre crianças (duas ligadas a situação de risco, uma sobre deficiência e outra de desporto). O não acompanhamento de eventos públicos referente às crianças, por parte desta imprensa, verifica-se ainda em outros meses (em Abril, Outubro e Novembro teve: *Apresentação Oficial do ECA*; *Apresentação Pública do Inquérito Nacional sobre o Trabalho infantil*; *Socialização Pública da versão final do Estudo sobre a Lista dos Trabalhos Perigosos Interditos às Crianças*). A cobertura desses eventos são oportunidades que permitem o alargamento da agenda das notícias na perspetiva das políticas de infância e influencia o debate público.

⁴⁸ As peças “Direito de Resposta” apresentam a participação de pais e serviços públicos (hospital, ICCA) que quiseram usar o seu direito de esclarecer a situação com que se deparavam numa notícia já publicada. Este formato de texto revela-se importante para esta investigação na medida em que remete para o ponto de vista dos diferentes intervenientes no uso do seu direito de resposta, visando o esclarecimento da opinião pública. Deste forma a imprensa contribui para a difusão de uma perceção mais rica e esclarecedora das notícias.

⁴⁹ Nomeadamente: 3 peças sobre a saúde e educação (morte fetal, deficiência e atividade educativa) (enquadradas no “Social”). E 9 peças referem a temas como: a música, cultura, moda, desporto, resposta social, etc. (enquadradas na “Kriolidade”). Pela “proximidade” ao tema em análise destacamos a notícia da criança portadora de deficiência (apresentada como “um exemplo de superação e orgulho” -). Esta visibilidade pública “contribui para combater a sua estigmatização, além de estimular e humanizar o debate sobre o tema” (Lídia Marôpo, 2011: 150) e consequentemente o debate sobre a integração social dessas crianças.

morada, permitindo a sua fácil identificação. Todavia, com mais frequência é referida apenas a ilha e concelho da criança⁵⁰.

Nas notícias “*não é referido*” a classe social e nem o tipo de família da criança (apenas 3 casos em que se refere que é monoparental), o que de certa forma evita a estigmatização de crianças pertencendo a certas localidades e estruturas familiares como é demonstrado em outros estudos como um problema/fragilidade dos *media* (vidé tabela n.º 6, Apêndice IV).

As crianças “*não expressam o seu ponto de vista*” nas notícias (Ni=27), verificando a sua opinião em apenas uma notícia sobre a falta de transporte escolar.

Quanto ao adulto causador do risco, e seu vínculo com a criança, não se realça a mãe (Ni=1), o tio (Ni=2) e o vizinho (Ni=3). Destaca-se o “*outro*” (Ni= 13) (nomeadamente: vários homens, avô, namorado, professor, e em duas situações surgem instituições como protagonistas do risco designadamente o Hospital e a Câmara Municipal). Mas, a própria criança (Ni=5) é protagonista do risco (através do comportamento delinquente - ofensa corporal, furto, consumo de estupefacientes, desafio à autoridade do professor e destruição de equipamentos, promiscuidade, prostituição), sobretudo, em espaços como a escola e a rua (vidé tabela n.º 9, Apêndice IV).

Na maioria das notícias (Ni= 13) “*não é referenciado*” o contexto de ocorrência do risco. Porém, destacam-se (Ni=5) os serviços públicos – como o hospital e a escola (vidé tabela n.º 8, Apêndice IV).

4.2. Tipos de Risco Abordados pela Imprensa

Ao analisarmos a tabela n.º 10 verifica-se que o “*abuso sexual*” é o risco com maior representação nas notícias (Ni= 10), em seguida “*outros tipos de risco*” (Ni=8) – como: sequestro, gravidez (Ni=6, resultante da violação sexual), tentativa de

⁵⁰ As crianças das ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago estiveram igualmente representadas (NI= 7), talvez por serem as ilhas maiores e com estrutura do ICCA. Enquanto às ilhas de S. Nicolau, Boa Vista e Brava estiveram ausentes.

agressão sexual, abandono escolar, registro de nascimento, promiscuidade na escola e exploração sexual⁵¹.

Tabela n.º 1 - Tipo de Riscos Noticiados

	Ni	%
Abuso sexual	10	35,7
Comportamento delinquente	5	17,9
Negligência	5	17,9
Pobreza e Exclusão	1	3,6
Outro	7	25
Total	28	100,0

Fonte: Levantamento próprio.

Observa-se ainda que a criança foi vítima de negligência (Ni=5) em especial a física (vidé Apêndice V - Caracterização das Notícias por tipo de Risco): por não receber todos os exames neonatais e receber tratamento que causou cegueira (através da negligência médica); apresenta absentismo escolar e expulsão de sala de aula devido a comportamentos abusivos e inadequados dos professores (uso de álcool, comportamento abusivo, etc.); acorda de madrugada para ir à escola (devido a falta de transporte escolar num horário mais apropriado da sua localidade para a cidade, como chega muito cedo deambula pelas ruas da cidade até ao horário escolar) esta situação pode causar absentismo e abandono escolar. Em relação á esse último aspeto ressalva-se que, a *CNDHC et al* (2010) reconhece que a possibilidade dos alunos permanecerem na escola é condicionada pelos fatores sócio demográficos e económicos.

Verifica-se o comportamento delinquente (Ni=5) com indicadores como: ofensa corporal, furto, consumo de estupefaciente, desafio a autoridade do professor e destruição de equipamentos, promiscuidade, prostituição (vidé Apêndice V - Caracterização das Notícias por tipo de Risco). Ressalva-se que o comportamento delinquente dos jovens, através de grupos de *gangs*, teve recentemente grande expressão em Cabo Verde e, inclusive, impulsionou a realização de vários estudos. O atual governo também realizou vários fóruns de reflexão sobre o tema e conversas

⁵¹ O abuso sexual de crianças, frequentemente, tem sido realizado por grupos de homem.

com alguns desses grupos. Todavia, a importância atual desse tema na sociedade cabo-verdiana não se verifica nessas notícias.

Verifica-se nas notícias a ausência de temas que, todavia, estão na agenda governamental como o trabalho infantil (considerado problema nacional, em que o Estado Cabo-verdiano perante a OIT assumiu o compromisso de acabar com as piores formas de trabalho infantil até final de 2015). A pobreza e a exclusão social (criança é o grupo mais afetado) enquanto problemas que causam, perpetuam e alimentam a violação dos direitos das crianças. Entendemos que é crucial a cobertura desses temas, para que o leitor desenvolva uma compreensão não apenas ao nível da magnitude do fenómeno criança em risco, mas, também, do papel do Estado no combate aos problemas e das possíveis soluções que estão em debate.

O relatório "*Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde*" mostra que a população menor de 15 anos é a mais pobre (42,1%), e as condições de vida dessas crianças é marcada pela privação do acesso aos serviços básicos como: a água (principal fonte de abastecimento é o chafariz), o saneamento (evacuação de águas residuais no redor da casa), a eletricidade (a lenha é a principal fonte de energia) (UNICEF *et al*, 2011). Esse contexto é revelador da não realização (privação) dos direitos elementares das crianças, que representam (0 a 17 anos) 39% da população cabo-verdiana (Instituto Nacional de Estatística, Censo 2010).

O referido permite uma aproximação aos problemas sociais do contexto cabo-verdiano, mas também, à necessidade e urgência de investir em uma cobertura de qualidade e contextualizada na área da criança, que conduza à mudança de políticas sociais e garantia dos seus direitos sociais. Neste sentido, defendemos que só é possível falar em cobertura adequada das problemáticas que afetam as crianças quando se considera as características/especificidades das crianças, seus direitos e as demandas por políticas públicas.

Quando analisado outro formato das notícias, o "*Ponto de Vista*", observa-se que, através da participação de diferentes pessoas e profissionais, várias problemáticas que afetam as crianças (delinquência juvenil, abuso sexual, sexo e *bulluig* nas escolas) foram discutidas. Permite a inclusão dessas problemáticas no

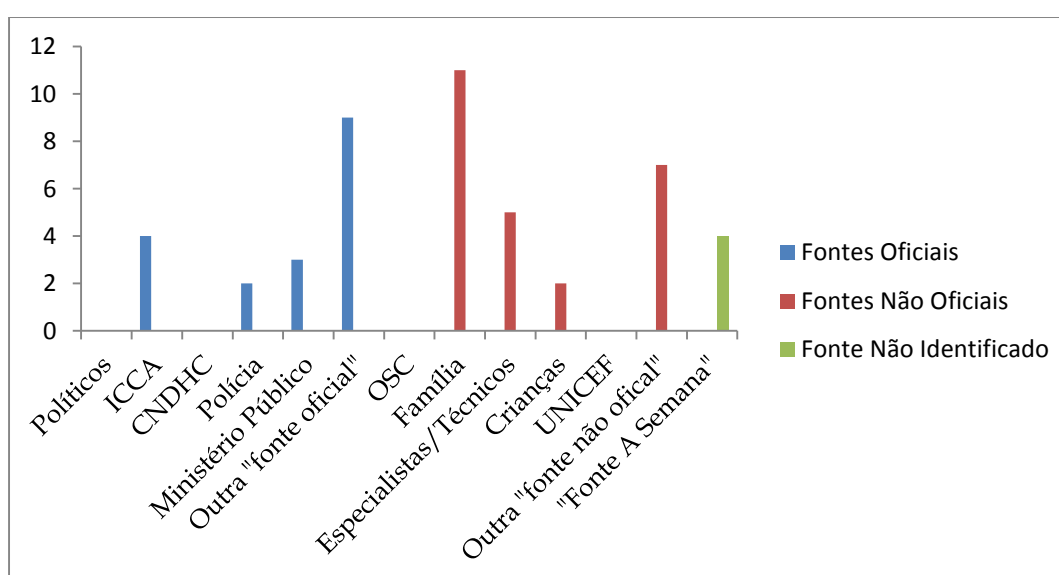
debate público e o aprofundar da consciência social dos problemas que afetam as crianças cabo-verdianas.

4.3. Fontes de Informação na Construção do Discurso sobre Crianças em Risco Social

É habitual (Ni=26) os jornalistas assinarem as suas notícias (apenas em 2 notícias assinaram com os iniciais dos nomes). As mulheres jornalistas se destacam (Ni=13) em relação aos homens (Ni=6).

Ao analisarmos o gráfico n.º 1, verifica-se que as “fontes não oficiais” foram as mais ouvidas (Ni=25) em detrimento das “fontes oficiais” (Ni=18) e, teve-se ainda 4 “fonte não identificada” (se oficial ou não) mencionada nas notícias como “fonte A Semana”. Das “fontes não oficiais” as mais ouvidas (Ni=11) são as famílias (das crianças vítimas) e, das “fontes oficiais” as mais ouvidas são “outros” (a Direção escolar, Câmara Municipal, Conservatória dos Registos Notariados, etc.), seguida do ICCA (Ni=4). Verifica-se ainda que não foram ouvidas as Organizações da Sociedade Civil e a própria criança em risco (vidé Apêndice VI).

Gráfico n.º 1 - Classificação das Fontes de Informação Ouvidas



Fonte: Levantamento próprio

Verifica-se pouca variedade de atores sociais com acesso ao espaço mediático. Por um lado, ressalva-se que, em relação ao relato de conteúdo dos atos públicos do processo judicial, o ECA reconhece que quando solicitado e sem prejuízo aos direitos da criança, “o juiz do processo informa os meios de comunicação social sobre os factos, decisão e circunstâncias necessárias para a sua correta compreensão” (art.º 115º, alínea 3: 48-49). Esta possibilidade pode ser melhor explorada pelos jornalistas, no sentido de apresentarem conteúdos mais contextualizados, até porque costumam fazer seguimento de casos noticiados (Ni=4), por exemplo o abuso sexual. E, por outro lado, por vezes, os atores sociais não respondem às tentativas do *A Semana* em opinarem sobre um facto. Em várias notícias encontra-se o seguinte: “as várias tentativas da nossa reportagem para ouvir [...] acerca desse assunto revelaram-se infrutífero” (Semanário N.º 1129, 31 de Janeiro) ou ainda “ [...] estava indisponível para falar com a nossa reportagem até ao fecho desta edição” (Semanário N.º 1133, 28 de Fevereiro). Esta “indisponibilidade” das fontes de informação prejudica o avançar do debate público.

Observa-se que em 14 notícias foram ouvidas “duas a cinco fontes”. Porém, a outra metade divide-se entre “uma fonte” (Ni=8), “sem fonte” (Ni=5) e não é habitual ouvir “mais de cinco fontes” (Ni=1). É considerado que a existência de maior número de fontes tenderá a traduzir um confronto de opinião e de conhecimento da situação noticiada. Contudo, na análise qualitativa viu-se que, na maioria das vezes, não houve o mais adequado esclarecimento ou aprofundamento da informação por parte das fontes (apesar de se ter 24 notícias com “opinião explícita”). A ótica investigativa do jornalista cinge na “exposição de factos” (Ni=24) - basicamente o que, quem, quando e como - e tende em pôr de lado a parte contextual (Ni=23). Portanto, “há escassez de contraste de informações e de pontos de vistas” (Lídia Marôpo, 2009: 146); “usam citações somente dos diretamente envolvidos [...], sem procurar opinião de pessoas consideradas especialistas na área ou posições diversificadas” (Rogério Santos, 2006; apud Lídia Marôpo, 2009: 146).

Por exemplo, na notícia “Pais das vítimas de tentativa de violação em Santa Catarina do Fogo exigem justiça” (jornal n.º 1145, 23 de Maio) podia-se apresentar a estatística de casos de abuso sexual que ainda aguardam pela justiça. Pois, falando apenas do caso em específico personalizou-se o problema, que poderá estar a afetar

várias crianças. Ainda, como exemplo, a notícia *“arguidos no caso de violação de menor no Paul ainda impune”* (jornal n.º 1126, 01 de Janeiro), trata-se do seguimento de um caso de abuso sexual que aconteceu em 2012 (passados quase 2 anos), em que as fontes ouvidas tiveram o seguinte discurso sobre o caso: *“o processo está em fase de instrução para se juntar todas as provas possíveis”* (*“uma fonte ligada ao Ministério Público”*); *“Mas só pode [Soraia⁵², vítima de abuso sexual, encontra-se no centro de acolhimento do ICCA] voltar para a casa quando tudo estiver concluído”* (*Delegado do ICCA no Mindelo*). Essas fontes podiam apresentar informações mais esclarecedoras sobre a situação, por exemplo: o Ministério Público podia explicar o que tem feito em relação a este caso e aos demais, de forma a mostrar ao público as possíveis soluções/conclusões das demandas recebidas; por sua vez, o ICCA podia apresentar as medidas tomadas e ações realizadas para a proteção da criança, partilhando como a criança se encontra passados esses dois anos.

Um outro exemplo é a notícia *“São Vicente: menina de 12 anos grávida do vizinho”* (jornal n.º 1155, 26 de Setembro) em que se ouviu apenas *“uma fonte deste semanário”*. Podia-se ouvir o ICCA, uma vez que, é mencionada que está a acompanhar a criança. Ressalva-se, a importância de se entrevistar várias fontes, de forma a apresentar uma visão mais complexa da situação, contribuindo para reflexão e debate público.

Realçamos ainda, as notícias *“Sexo no liceu Domingos Ramos vira filme”* (jornal n.º 1140, 18 de Abril) e *“Alunos masturbam dentro de sala de aula no Liceu Lúdjero Lima”* (jornal n.º 1167, 19 de Dezembro). Ambas tiveram destaque grande nas capas dos jornais; todavia, cingiram na exposição de factos, pondo de lado a contextualização. Para a construção de uma boa matéria, podia-se ampliar o foco de abordagem – *“evidenciar conexões do episódio em questão a problemáticas que ajudam a compreender de que maneira ele se insere no contexto mais amplo do país”* (ANDI, s/d). Ainda, tratando-se de uma prática inapropriada, no estabelecimento de ensino, entendemos que dever-se-ia ter ouvido outras fontes, para além da direção da escola. Por exemplo, seria oportuno ouvir especialistas/técnicos com uma visão mais complexa do assunto. Contribuindo assim, para o debate e a reflexão.

⁵² Nome fictício (para preservar o nome verdadeiro).

Neste sentido, no discurso dos jornalistas e das fontes: não há realce no agendamento e enquadramento das problemáticas que afetam as crianças - são negligenciadas várias temáticas atuais e não reflete um reconhecimento dessas situações sociais como um problema social⁵³. Pois, “os casos apresentados não ampliam o foco individual para alcançar um tratamento mais coletivo das questões e problemas abordados de ponto de vista das crianças como um grupo social” (Lídia Marôpo, 2011c: 152), há um tratamento privado e individual dos problemas que afetam as crianças.

Assim, para ampliar a percepção e análise dos problemas é necessário pluralizar e diversificar pontos de vista (vozes e fontes de informação), enquanto também fatores que garantem a qualidade e a credibilidade da produção jornalística (Joselino Guerra, 2004: 2).

Quando analisado o formato “Ponto de Vista” verifica-se: (a) o discurso utilizado, pelos intervenientes, baseia-se numa ótica entre exposição de factos à denúncia de situações e busca de solução, o que colabora para o avanço do debate público sobre as problemáticas que afetam as crianças⁵⁴; (b) há uma oscilação entre o tratamento textual e uma cobertura contextualizada que ajuda o público a esclarecer e dimensionar o problema. Todavia, podia-se utilizar um discurso que privilegie os direitos das crianças, consagrados na CDC e no ECA⁵⁵; e (c) há participação da criança (apesar de ser uma única peça)⁵⁶. Ressalva-se que o direito das crianças em relação aos *media* é importante para o seu desenvolvimento e o exercício da sua cidadania.

⁵³ Estes ao serem apreendidos como questões que dizem respeito à esfera privada, acabam por não se consubstanciar como uma prioridade a serem enfrentadas pelas políticas públicas.

⁵⁴ Por exemplo a notícia “Os nossos jovens precisam de ótimas referências” (jornal n.º 1130, 07 de Fevereiro) – aponta possíveis causas pela situação dos jovens, reconhece que os jovens precisam de melhores orientações, realça a importância da educação, dos valores morais e cívicos, e o papel das diferentes instituições da sociedade (família, escola, igreja, etc.) responsáveis para a transmissão e ensinamento de valores aos jovens. Também as notícias: “A problemática da delinquência juvenil” (jornal n.º 1137, 28 de Março); “Crimes sexuais contra menores o que se passa com nossas ilhas” (jornal n.º 1140, 18 de Abril); “Professores recomendam conscientização para evitar o bullying nas escolas” (jornal n.º 1168, 26 de Dezembro).

⁵⁵ Exemplo, a notícia “Sexo... Numa Escola” (jornal n.º 1145, 2 de Maio).

⁵⁶ A notícia “Crianças da Praia muito preocupadas com os *kasubodis*” (jornal n.º 1139, 11 de Abril) – em que as crianças apresentaram também, além da sua preocupação, possíveis soluções, por exemplo: “as pessoas podiam gritar por ajuda ou ter um alarme que chamasse a polícia” (uma menina).

4.4. Discurso Jornalístico sobre Crianças em Risco Social

A maioria das notícias (NI=23) põem de parte a contextualização, há um tratamento individualizado e textual das problemáticas (Ni=24). Não cobrem a multiplicidades das problemáticas que afetam as crianças - a violação sexual da criança foi mais mediatizada (Ni=9), com a prevalência de um discurso que priorize a condenação urgente dos culpados ignorando muitas vezes a situação da criança (de vítima e desproteção) e violação dos seus direitos⁵⁷. Observa-se também que, *“os acontecimentos são tendencialmente apresentados logo como factos consumados e é maior o número de peças em que linguagem se afasta desta ideia”* (Maria de Carvalho et al, 2009: 74). Neste sentido, não há um perfil investigativo nos textos, há escassez de uma bordagem na ótica de denúncia de violações aos direitos das crianças ou a busca de soluções para os problemas pautados.

Como exemplo, a notícia *“Menor da à luz e não tem onde morar”* (jornal n.º 1158, 17 de Outubro), apesar de destacado o facto da criança vítima de abuso sexual ter tido bebé e não tem onde morar, não são apresentadas as políticas sociais existentes como respostas a estas situações. Aliás, é realçado que a criança é órfão de pai, e a mãe sofre de perturbações mentais, portanto não tem suporte familiar, e já tentou suicídio várias vezes. Contudo, quando solicitado o pronunciamento do ICCA, este *“promete para mais tarde um pronunciamento sobre o mesmo”* e, ainda *“[...] prometeu-se inteirar-se da situação antes de falar sobre o assunto”*. Contudo, o ICCA, quando questionado porque não reivindicou a guarda da criança, justificou que *“havia muitas coisas em jogo”*. No nosso ponto de vista, o ICCA quando abordado por este semanário podia já estar inteirada da situação, pois há sete dias que a criança teve bebé. E por outro lado, pela sua resposta quanto à não reivindicação da guarda da criança é possível perceber que tem conhecimento do caso, mas talvez *“não quer*

⁵⁷ Face aos dados, pressupomos ser necessário seguir um conjunto de características fundamentais em um tratamento editorial de qualidade dos temas relacionados aos direitos humanos, inclusive os direitos das crianças, apresentadas pelo Guilherme Canela (2009): Dos casos individuais à Política Pública – a concentração em casos individualizados *“... contribui pouco para o agendamento, contextualização e controle social, portanto, esta aquém das funções [...] de um jornalismo de qualidade”*; Denúncias mais busca de soluções – as denúncias de violações dos direitos é uma parte fundamental do trabalho dos jornalistas; *“contudo, é preciso ir mais além, deve-se discutir e debater as soluções que vem sendo alinhavadas por diferentes atores sociais para fomentar os direitos das crianças [...]”* (242 - 243).

pronunciar sobre o assunto”. Ainda, pressupomos que uma criança que esteja numa situação idêntica ao ler está notícia poderá ficar com a percepção de que não terá a proteção que necessita.

O anteriormente referido revela, no fundo, que o semanário não fez acompanhamento desses casos. O ANDI considera o acompanhamento dos casos como um dos elementos que colaboram para a construção de uma boa matéria. Assim, espera-se que o jornalista monitorize o desdobramento da sua reportagem. Pois, “*é importante para que o público conheça os resultados gerados pelas notícias*”, bem como, “*é uma forma de cobrar medidas das autoridades responsáveis*” (ANDI, s/d).

Enquadrar as questões na perspectiva dos direitos das crianças é crucial na contribuição para à proteção, promoção e garantia dos mesmos. Dos dados, realça-se o cuidado em: preservar a identidade da criança (Ni=24) (apesar deste direito ser violado em NI= 4), uso de imagens sexualizadas, estigmatização de crianças de classe desfavorecida. Todavia, é constante (Ni=11) o uso de termos inadequados (como: menor, prostituição infantil)⁵⁸; não é habitual as crianças expressarem o seu ponto de vista (Ni=1); não se faz a disseminação da CDC e nem o seguimento e cobrança das políticas públicas. Com efeito, há uma escassez de: enquadramento que privilegie a perspectiva dos direitos, monitorização de políticas públicas para a infância, responsabilização dos governos, debate diversificado sobre causas e soluções para os problemas denunciados, menção à CDC e leis nacionais (Lídia Marôpo, 2011a) – é neste sentido que se deve melhorar a cobertura jornalística.

Assim, a “*linguagem dos direitos*”, defendida por Michael Freeman (2007; apud Lídia Marôpo, 2011c: 140), precisa ser incluída no discurso jornalístico cabo-verdiano, de forma a se defender os interesses das crianças e enquadrar as problemáticas que as afetam como problemas públicos, dignos de atenção social e política, e não meramente como factos e denúncias.

⁵⁸ De acordo com Dílson Pimentel (2013) conceito prostituição infantil “*significa nas entrelinhas, que crianças aceitam se relacionar sexualmente em troca de dinheiro de forma espontânea, porque querem – ou pior, porque gostam, porque não tem vergonha. Assim, este conceito acarreta vários preconceitos em relação a criança. Por outro lado, a prostituição é uma atividade praticada por mulheres adultas, que sabem o que estão fazendo e tem melhores condições de se defender*”. Neste sentido, a expressão correta a usar é *exploração infantil* que significa que as crianças não têm condição de se defender.

Por outro lado, questionando se os diferentes formatos do texto jornalístico contribuem da mesma forma para a inclusão das temáticas relativas às crianças no debate público. Verifica-se que o espaço do jornal que mais tem dedicado às problemáticas que afetam as crianças é o *informativo* (Ni=28) (através do “*Social*” com Ni= 20 notícias), tendo apenas uma notícia enquadrada na “*Agenda Política*” (“*outro*”) porque o presumível abusador da criança é um político, e não porque o tema está a ser analisada. O “*Ponto de vista*” tem apenas 7 notícias (realça o tema da violência de/para crianças). Apenas, 4 notícias têm o perfil de “*Reportagem*”, e não foi noticiada nenhuma peça como “*Entrevista*”. Ainda, apenas 3 notícias estão na primeira página (temas relacionadas ao sexo na escola, negligência médica e sequestro de criança). Todavia, observa-se um elevado destaque (Ni=15) nas capas dos jornais de notícias sobre as problemáticas das crianças (destaque pequeno em 8 notícias e destaque grande em 7 notícias) – demonstra para o leitor a importância das notícias agendadas na edição.

Esta identificação do formato das notícias permite-nos perceber que não é costume os temas referente as crianças ocuparem os espaços mais nobres, dedicados à investigação, opinião e ao debate (Reportagem, Entrevista, Artigos de Opinião). São espaços “ [...] onde existe boa possibilidade de abordar perspectivas consistentes sobre as causas, consequências e soluções para problemas enfrentadas pelas crianças ” (ANDI et al, 2007: 24) contribuindo para contextualização das problemáticas que afetam as crianças⁵⁹.

Ainda no âmbito desta pesquisa propusemos analisar as representações sociais sobre as crianças e os problemas que as afetam enquanto produto construído pelos *media*. Ou seja, através do discurso noticioso identificamos as concepções,

⁵⁹ Perante a análise e interpretação dos dados sentimos curiosidade, mas, também necessidade, em junto da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), através da sua presidente, obter algumas informações (mesmo que de modo informal) sobre esta temática. Todavia, apesar das várias tentativas a presidente mostrou-se indisponível. As questões que pretendíamos abordar ficam como sugestão para continuação da investigação nesta temática, nomeadamente: (a) A JOC, enquanto membro da FIJ, tem conhecimento das suas recomendações quanto às questões éticas a considerar no enquadramento de temas que envolvam crianças? Se sim, como tem promovido este conhecimento na categoria profissional? ; (b) os jornalistas cabo-verdianos têm conhecimento da CDC; (c) de que forma a imprensa cabo-verdiana tem contribuído/dificultado a inclusão da problemática criança em risco social no debate público?

reflexões, discursos, enfim “significados” sobre o fenómeno criança em risco social, enquanto resultado de experiências vivenciadas no quotidiano, na trama das relações e das interações sociais.

No que concerne à **representação social da criança**, por o foco ser em uma temática que destaca o direito de proteção da criança, encontra-se uma imagem da criança *objeto de proteção social*. Também, prevalece a imagem da criança como “*futuro cidadão*” - não é ouvida a sua opinião e, na maioria das vezes, é mencionada como “*menor*” - o que reflete uma fraqueza da imprensa face a posição da criança enquanto sujeito de direito⁶⁰. Assim, a criança “ [...] *aparece como ilustração colorida/curiosa e raramente numa perspectiva de análise da situação*” (Lídia Marôpo, 2011c: 145).

Todavia, verifica-se a apresentação de uma imagem positiva da criança nas notícias com o formato “*Kriolidade*”. É reforçada a imagem da criança sujeito de direito que participa nas atividades sociais e culturais da sociedade cabo-verdiana (apesar, da maioria das peças referirem às propostas culturais para crianças), e ainda se verifica a sua auto-representação nos casos de sucesso ao nível de desporto e moda⁶¹.

Ressalvamos a importante em conhecer e caracterizar essas “imagens” da infância porque são responsáveis pelo processo da (in) visibilidade das crianças e da sua realidade social (Catarina Tomás, 2007).

⁶⁰ Para melhorar a cobertura jornalística a *ANDI* recomenda não utilizar o termo “menor”, porque reforça o estigma da marginalidade sobre as crianças mais pobres (*apud Lídia Marôpo, 2009*).

⁶¹ Ainda, neste aspeto da representação social das crianças, destacamos as *Publicidades* que envolvem crianças, quer na qualidade de protagonistas ou “grupo-alvo”. Verifica-se que a maioria das publicidades é de empresas (seguros, telecomunicações, banco) e serviços privados (boutique, lojas, escola). Em algumas publicidades a criança está acompanhada da família. Contudo, a publicidade mais marcante e significativa para este estudo, é a que retrata uma família (mãe e três filhos) deslocados de Chã das Caldeiras, da ilha do Fogo, devido a erupção vulcânica. Destaca-se na foto uma criança com um irmão ao colo e a ausência da figura paterna (sobretudo, numa situação catastrófica) de certa forma é o retrato da composição da família cabo-verdiana (ressalva-se que, em casa muitas crianças são responsáveis pelos irmãos mais novos; e, o elevado número de crianças estão registadas apenas pela mãe, e associado e em decorrência deste fato, a desresponsabilização paternal constitui um grande problema social).

Conclusão

As problemáticas que afetam as crianças cabo-verdianas parecem ser encaradas como um problema social menor. Este aspeto é verificável nas notícias em que certas problemáticas, determinantes para o desenvolvimento integral das crianças (como a pobreza e a exclusão social), permanecem ainda invisíveis na cobertura jornalística e, conseqüentemente, no debate público. Assim, é fundamental o alargamento da pauta informativa e de opinião, sobretudo, inserindo os temas na esfera económica e política (enquanto “raízes” dos vários problemas das crianças).

Defendemos, igualmente, a necessidade dos temas passarem a ser trabalhados em espaços mais nobres, tais como *Reportagem* (carácter investigativo e/ou contextualizar) e a *Entrevista* (atores sociais envolvidos num determinado tema podem aprofundar a sua visão).

Em relação ao discurso jornalístico, as problemáticas que afetam as crianças são noticiadas de maneira pontual e singular, sem aprofundar a abordagem e, acima de tudo, sem considerar a criança enquanto sujeito de direito. Não existe equilíbrio entre o revelar, o denunciar com o expor e contextualizar a matéria. Esta escassez no agendamento e enquadramento dos riscos sociais que afetam as crianças cabo-verdianas poderá fazer a imprensa falhar em sua missão pública de contribuir para a criação de um debate que permita o enfrentamento dos problemas.

Apesar da variedade das fontes ouvidas, não se verifica a diversidade de pontos de vista em ampliar a perceção e análise dos problemas. As fontes de informação, sobretudo as oficiais, precisam melhorar o seu discurso, por exemplo: descrever as ações planeada/realizada como resposta à problemática, fornecer dados concretos dos acontecimentos, etc. De igual modo, quando a pauta é *questão social* da infância é determinante a presença de instituições especializadas na temática, para que se promova e amplie o debate sob o ponto de vista dos direitos das crianças.

A representação social da criança mostra a imagem da criança enquanto objeto de proteção social e futuro cidadão - as crianças são silenciadas e negligenciadas como sujeito de interesse político e social. Pelo que é preciso incluir a imagem da criança enquanto sujeito de direito - promovida pela CDC.

A imprensa cabo-verdiana precisa melhorar o modo como aborda a temática das crianças em risco e impulsiona o debate público.

Pressupomos que um dos grandes desafios a ser lançado à *media* imprensa é apresentar uma cobertura em alternativa à “mera exposição e denúncia de factos”, encarando as problemáticas enquanto problemas sociais que requerem a busca de soluções através de políticas públicas. Bem como, um tratamento mais coletivo das questões e problemas abordados encarando as crianças como um grupo social. Assim, um indispensável passo inicial, para melhorar o debate mediático/público sobre as problemáticas que afetam as crianças, consiste na capacitação dos jornalistas (quicá das fontes de informação) em direitos das crianças (para melhor compreensão da área da infância e da adolescência) e, em padrões de conduta ética.

Para que os *media* consigam promover novos enquadramentos das várias expressões da *questão social* que afetam as crianças, suscitando uma chamada da atenção pública na perspetiva de proteção e promoção dos seus direitos, é necessário e fundamental a sua capacitação e o esforço para o desenvolvimento de um trabalho comprometido com as premissas do CDC, e que privilegie o acompanhamento e a cobrança de políticas públicas no tratamento dos problemas que afetam as crianças. Por exemplo, no caso de abuso sexual das crianças, enquanto tema mais retratado, o foco da imprensa tem que se deslocar da vítima (singularidade) para a prevenção e análise das políticas de atendimento e repressão.

Concordando que: (a) a cobertura mediática do risco social é vital para o despertar da preocupação pública relativa às crianças, para a manutenção deste tema na agenda política, e para a responsabilização dos serviços de proteção à criança; e (b) não é possível falar em cobertura adequada da *questão social* sem olhar atenta e consistentemente para as características/especificidades das crianças, seus direitos e as demandas por políticas públicas. Defendemos que, para que a imprensa transporte para o debate público uma cobertura contextualizada e esclarecedora das problemáticas que afetam as crianças é preciso ainda: apresentar análises sobre a globalização e os seus impactos na vida das crianças; fazer acompanhamento e avaliação do impacto das medidas governamentais à promoção de defesa das crianças cabo-verdianas.

Propomos novas investigações incluindo mais jornais e, inclusive *media* televisiva. Para que possamos conhecer melhor as configurações da cobertura noticiosa de temas referentes às crianças cabo-verdianas.

Bibliografia

ALMEIDA, Jaqueline (org.) (2013). *Jornalismo e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes* 1ª Edição. Belém, Movimento República de EMAÚS.

ANDI (2005). *A Criança e o Adolescente no Olhar da Imprensa Brasileira*. Relatório Infância na Mídia, Ano 10, n.º 14, Brasília.

ANDI; Rede ANDI América Latina (2007). *Direitos, Infância e Agenda Pública: Uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana*, Brasília: ANDI.

ANDI (s/d). Quais são os elementos que colaboram para a construção de uma boa matéria? In URL: <http://www.andi.org.br/faq/quais-sao-os-elementos-que-colaboram-para-a-construcao-de-uma-boja-materia>.

BORDONARO, Lorenzo; LIMA, Redy (2011). A Gestão das Crianças em Situação de Rua e o Surgimento do Estado Serviço Social em Cabo Verde. In Verônica R. Müller (org.) *Crianças dos Países de Língua portuguesa: histórias, culturas e direitos*. Maringá, UFRGS, Eduem, pág. 111-138.

CANELA, Guilherme (2007). Cobrindo políticas públicas sociais: a importância conferida à agenda da infância e da adolescência. In *Media & Jornalismo*, (11), pág. 29-50.

CANELA, Guilherme (2009). Os Direitos Humanos na Pauta Jornalística: Caminhos para Uma Cobertura de Qualidade. In Cristina Ponte (ed.) *Criança e Jovem em Notícia*. Lisboa, CIMJ, Livros Horizonte, pág. 227-244.

CANELA, Guilherme (2011). Jornalismo, Agendamento e a Construção de uma Esfera Pública de Discussões sobre Infância e Adolescência: A Experiência da Agência de Notícias dos Direitos das Crianças. In *ALAICA*, n.º 3 (2). S. Paulo, Editores OS Butanã, pág. 128 -138.

CARVALHO, Carlos (2009). Sobre os limites e possibilidades do conceito de enquadramento. In *Contemporânea*, vol. 7, n.º 2. In URL: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701/2885>.

CARVALHO, Maria; FERREIRA, Levina (2009). Crianças em Risco Social nas Notícias. In *Media e Jornalismo, Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte, pág. 59-76.

CARVALHEIRO, José (2007). Da nação à região: as eleições legislativas na imprensa regional. In *Estudos em Comunicação* n.º 2, pág. 217-237. In URL: <http://www.ec.ubi.pt/ec/02/pdf/Carvalheiro-A-eleicao-do-centro.pdf>.

Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989.

CNDHC - Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania; PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010). I Relatório de Direitos Humanos. *Direitos das Crianças*. Praia, pág. 70-85.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente (2013). Lei n.º 50/VIII/2013, do B.O. I Série, n.º 70, de 26 de Dezembro.

Federação Internacional dos Jornalistas (2002). *Putting Children in the Right – Guidelines for Journalists*. In URL: http://www.unicef.org/magic/resources/childrights_and_media_coverage.pdf

FERRÁN, Casas (2010). Representaciones sociales que influyen en las políticas sociales de infancia y adolescencia en Europa. In *Sips - Revista Interuniversitaria de Pedagogía Social* n.º 17, pág. 15-28.

FERREIRA, Cristiana (2001). *Crianças Protagonistas de Notícias: A Presença Infantil nos Conteúdos Mediáticos da Imprensa Diária Portuguesa*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

FONSECA, Eugénia (2013). O que diz a Fonte Violência Sexual. In Jaqueline Almeida (org.) *“Jornalismo e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes”*. Belém, Movimento República de EMAÚS, pág. 47- 48.

FUKS, Mario (2000). Definição da Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social. In *BIB* n.º 49 (1º semestre). Rio de Janeiro, ANPOCS, pág. 79-94.

GOMES DOS ANJOS, José Carlos; RODRIGUES, Francisco (2009). *A Vulnerabilidade das Crianças e Adolescentes em Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde. Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA).

GUERRA, Joselino (2004). *Fontes de Informação na cobertura dos temas ligadas à infância e adolescência*. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Porto Alegre.

GIL, António (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, S. A.

LANÇA, Isabel (2000). A construção dos problemas públicos: Elementos para uma Análise Caso Timos. In *Antropológicas* n.º 4. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, pág. 113-130.

MARIANO, Carmem (2014). *Discurso sobre os Direitos da Criança e do Adolescente: Uma Análise da “Coluna Criança” da Folha de S. Paulo*. Porto Alegre, II Simpósio Luso-Brasileiro em Estudos da Criança, Pesquisa com Crianças: Desafios Éticos e Metodológicos, Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINS, Paula (2011) Os riscos para crianças e jovens na mídia portuguesa: tipos e contextos. *Escola que Protege no Paraná: Ampliando laços, consolidando vínculos*, Curitiba: Universidade Federal de Paraná, pág. 85-96.

MARÔPO, Lúcia (2009). Fontes de Informação e Direitos da Infância na Cobertura Jornalística Portuguesa. In *Media e Jornalismo, Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte, pág. 143-160.

MARÔPO, Lúcia (2011a). Jornalistas e Fontes de Informação: constrangimentos e oportunidades para o agendamento dos direitos das crianças em Portugal e no Brasil, In *Estudos em Comunicação n.º 9*, pág. 81-102.

MARÔPO, Lúcia (2011b). Jornalismo e Direitos Infantis no Brasil e em Portugal: Privacidade, Estigmatização e Participação de Crianças e Adolescentes nos Jornais O Globo e Público. In *Estudos em Jornalismo e Mídia - Vol. 8 Nº 2*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, pág. 471-488.

MARÔPO, Lúcia (2011c). Nascer para ser famoso? Os filhos de celebridades e seus direitos na mídia. In *Revista Comunicação Midiática*, v.6, n.1. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, pág. 134-155

MASTELA, Veronice; PEREIRA, Davi (2013, Maio e Junho). *Popularização da Ciência na mídia impressa. As vozes que constroem o discurso de combate ao câncer na revista Veja*. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Santa Cruz do Sul – RS.

MINAYO, Maria (org.); DESLADES, Suely; NETO, Octávio; GOMES, Romeu (1996). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (14ª ed.). Petrópolis, Editora Vozes.

Organização Internacional do Trabalho (OIT); Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) (2012). Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da

OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Cabo Verde.

PONTE, Cristina (2006). A Pesquisa em Jornalismo e as Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes. In *Contracampo* n. 15. Niterói, Universidade Federal Fluminense, pág. 7-22.

PONTE, Cristina; AFONSO, Bruna (2009). Crianças e Jovens em Notícia – Análise da cobertura jornalística em 2005. In *Media e Jornalismo, Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte, pág. 29-44.

PASSOS, Alinne (2013). Esforços para Qualificar a Cobertura. In Jaqueline Almeida (org.) *Jornalismo e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*. Belém, Movimento República de EMAÚS, pág. 49-52.

PIMENTAL, Dilson (2013). Os desafios e caminhos das reportagens que abordam crianças e adolescentes. In Jaqueline Almeida (org.) *Jornalismo e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*. Belém, Movimento República de EMAÚS, pág. 55-56.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (João Marques, Maria Mendes e Maria Carvalho, Trad.), Lisboa: 2ª Edição, Grávida – Publicações, Lda.

TOMÁS, Catarina (2007). Paradigmas, Imagens e Concepções da Infância em Sociedades Mediatizadas. In *Media & Jornalismo* n.º 11 Lisboa, CIMJ, pág. 119-134.

UNICEF (2011). *Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde*, Cabo Verde.

Apêndices